

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

STEPHANIE GRUSZKA VENDRUSCOLO

**O REGIME DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE
INTELECTUAL COMO RECURSO DE PODER NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CURITIBA

2015

STEPHANIE GRUSZKA VENDRUSCOLO

**O REGIME DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO RECURSO
DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Monografia de conclusão de curso apresentada no
Curso de Graduação em Direito, do Setor de
Ciências Jurídicas da Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Wachowicz

CURITIBA

2015

AGRADECIMENTOS

Grata a Deus pelo dom da vida, pois sem Ele nada sou. Mesmo sem merecer, Deus, com sua graça infinita tem cuidado de mim todos dias, e esta graduação é uma dentre as inúmeras bênçãos que recebi ao longo da minha vida. Agradeço à Ele também pela vida dos meus pais, Jonas e Eliane, e de meu irmão Samuel.

Agradeço a minha família por cada incentivo e orientação, pelas orações em meu favor, pela preocupação para que estivesse sempre andando pelo caminho correto. Obrigada por estarem ao meu lado sempre. Por terem constantemente me apoiado para que eu não desistisse de caminhar nunca, ainda que em passos lentos, é preciso caminhar para chegar a algum lugar.

Agradeço também ao professor Marcos Wachowicz, que, com muita paciência e atenção, dedicou do seu tempo para me orientar neste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, mesmo não estando citados aqui, tanto contribuíram para a conclusão desta etapa.

“Que todo o meu ser louve ao Senhor, e que eu não esqueça nenhuma das suas bênçãos!” Salmos 103:2.

RESUMO

O capitalismo, e a intensificação das negociações entre blocos econômicos e países acentuaram as trocas comerciais e também a inovação tecnológica. Dentre as inúmeras questões e necessidades que surgem, diante do novo quadro internacional, se encontra a questão da legislação sobre a propriedade intelectual. A discussão sobre o assunto deve ir muito além dos aspectos técnicos, uma vez que influencia diretamente o desenvolvimento econômico dos Estados-nação. Este trabalho se voltará a analisar a importância dos regimes de proteção à propriedade intelectual, o processo histórico em que foram criados, e os reflexos de sua adoção no sistema internacional. Em um segundo momento, será analisado como o regime de proteção à propriedade intelectual tem sido utilizado como legitimador de discursos de poder, e intensificador de disparidades sociais e econômicas entre as nações. Além disso, o presente estudo buscará esmiuçar o comportamento das nações detentoras de tecnologia, e se as propostas que estas apresentam às nações subdesenvolvidas realmente são as de promover a integração internacional, ou apenas mais um meio de dificultar o desenvolvimento dos países não detentores de tecnologia.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Regimes Internacionais, Monopólio do Conhecimento, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The capitalism and the intensification of negotiations between economic blocs and countries have pointed out trade as well as technological innovation. Among the many issues and needs that arise, before the new international framework, is the issue of legislation on intellectual property. The discussion on the subject should go beyond the technical aspects, as it directly influences the economic development of nation states. This paper will review the importance of protection of intellectual property regimes, the historical process in which they were created, and the consequences of its adoption in the international system. In a second stage, it will be considered how intellectual property system has been used as a legitimating discourse of power, and enhancing social and economic disparities among nations. In addition, this study will seek to scrutinize the behavior of nations possessing technology, and the proposals that they present to the underdeveloped nations really are to promote international integration, or just another way to hamper the development of non-technology holder countries.

Keywords: Intellectual Property, International Regimes, Monopoly of Knowledge Economic Development.

LISTA DE SIGLAS

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

EMN- Empresas Multinacionais

EUA- Estados Unidos da América

FMI- Fundo Monetário Internacional

GATS- General Agreement on Trade in Services

GATT- General Agreement on Tariffs and Trade

MERCOSUL- Mercado Comum do Sul

NAFTA- North American Free Trade Agreement

OMC- Organização Mundial de Comércio

OMPI- Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONU- Organização das Nações Unidas

TRIPS- Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights

USTR- United States Trade Representative

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Patent applications and grants worldwide	62
GRÁFICO 2- Patent grants for the top 20 offices, 2012.....	64
GRÁFICO 3- Patent grants for offices of selected middle and low-income countries, 2012.....	64

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PROPRIEDADE INTELECTUAL	14
2.1 OS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	14
2.2 PROPRIEDADE INTELECTUAL E OS DIREITOS DE PROPRIEDADE	15
2.3 UM BREVE HISTÓRICO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	19
2.3.1 AS CONVENÇÕES DE PARIS E BERNA	22
2.3.2 A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)	25
3. GLOBALIZAÇÃO E OS REGIMES DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL	28
3.1 O ATUAL REGIME INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	32
3.2 OS TRATADOS MULTILATERAIS	37
3.2.1 A RODADA DO URUGUAI	39
3.2.2 O ACORDO TRIPS.....	44
4. A NOVA LÓGICA DO SISTEMA INTERNACIONAL E OS RECURSOS DE PODER	52
4.1 PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO RECURSO DE PODER	52
4.2 A FALIBILIDADE DO ARGUMENTO DE QUE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL INVARIAVELMENTE CONDUZ AO DESENVOLVIMENTO	60
4.3 COMO OS PAÍSES SE COMPORTAM APÓS CRUZAREM A FRONTEIRA TECNOLÓGICA	66
4.4 OS DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DE UM REGIME MAIS IGUALITÁRIO	71

5. CONCLUSÃO.....	78
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	82

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento e a tecnologia atuais são fruto do conhecimento acumulado ao longo dos séculos nas mais variadas civilizações. Conhecimento este que não foi apenas escrito, mas também repassado pela tradição oral, e pela cultura.

A Revolução Industrial, no século XIX, levou a atividade inventiva à um novo patamar nas relações internacionais. Inventores e autores sentiam-se desprotegidos de seus direitos ao apresentar seus inventos e obras em outros países, forçando assim o surgimento de um regime internacional, com as Convenções de Paris (1803) e de Berna (1806).

A partir da segunda metade do século XX, com a Revolução Técnico-Científica, os detentores de tecnologia buscaram fortalecer o mercado internacional, e o surgimento de novas formas de tecnologia que demandavam uma releitura do instituto de proteção à propriedade intelectual. A globalização, e a necessidade contínua de expansão do capitalismo intensificaram as trocas comerciais. O novo quadro internacional cria a necessidade de revisão do sistema sobre propriedade intelectual. Surge então, em 1967, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Ao mesmo tempo, acordos bilaterais e regionais sobre o assunto eram celebrados continuamente. Em 1994 foi celebrado o Acordo TRIPS, numa tentativa de harmonizar as legislações nacionais criando patamares mínimos de proteção.

A capacidade de inovação tecnológica e de produção econômica, tornou-se, ao longo da história, componente cada vez mais vital do poder de uma nação, sendo que, o poder econômico de um Estado dificilmente se mantém sem a produção tecnológica e científica. A eficiência militar e econômica associadas as características geográficas e populacionais, capacidade de organização política, moral nacional e ao vínculo do sistema de alianças que são fatores adicionais a influenciarem o status de potência.¹

¹ KENNEDY, Paul. **The Rise and the Fall of the Great Powers**. Londres, Unwin Hyman. 1988.

Ao mesmo tempo em que a globalização facilita as trocas econômicas e culturais entre aqueles que já estão dentro do sistema, dificulta a entrada de novos participantes nesse processo. Há o acirramento da competitividade, e a necessidade de adoção de novas estratégias por aqueles que são inseridos no mercado internacional.

O desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica implica no acréscimo da importância do acesso à produção do conhecimento nos cenários nacionais e internacionais. A crescente relevância dada à propriedade intelectual nos foros de discussão global, evidencia a nova ênfase dada ao assunto. A propriedade intelectual não se resume apenas à interesses econômicos, mas faz parte de toda uma dinâmica de poder nas relações internacionais.

A presente pesquisa irá analisar a estrutura do conhecimento a partir do instituto da propriedade intelectual. Serão observadas as implicações do recrudescimento da proteção, percorrer-se-á os regimes internacionais de propriedade intelectual, analisando quais são os interesses em jogo, as posturas adotadas pelos envolvidos nas discussões e quais são as principais propostas de solução para o impasse que parece haver entre os produtores de tecnologia e os atrasados tecnologicamente.

O primeiro capítulo irá tratar do conceito de propriedade, o fato de ser socialmente construído, e como foi estendido ao tema da propriedade intelectual. Após a prévia análise do instituto, será trazido o histórico do sistema internacional de propriedade intelectual, numa tentativa de entender como o sistema contemporâneo foi construído ao longo da história.

Num segundo momento, será abordado o atual regime de propriedade intelectual, enfatizando os tratados multilaterais, as Rodadas do GATT e seus resultados, como é o caso do Acordo TRIPS. Aqui, somado à retrospectiva histórica, o sistema será analisado de forma crítica, juntamente com suas implicações no cenário global, e também nas esferas nacionais.

Por fim, a propriedade intelectual será estudada como recurso de poder, como ela tem sido utilizada como elemento de barganha nas relações internacionais e quais os principais interesses envolvidos na formulação da

legislação internacional sobre o assunto. As informações teóricas serão discutidas sob a ótica de dados colhidas nos relatórios anuais da Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

Assim, será tratado como a produção e o acesso ao conhecimento são encarados nas Relações Internacionais. Serão analisados os movimentos atuais dos países e instituições com relação ao tema. Partindo do pressuposto da cumulatividade do conhecimento humano, e do atributo de não-exclusividade da propriedade intelectual, de forma a investigar o porquê de alguns atores militarem pelo recrudescimento da propriedade intelectual, mesmo diante das evidências de estagnação da realidade tecnológica das nações. Serão discutidos quais são os interesses envolvidos, e se o aumento da proteção é realmente o único horizonte para o assunto.

2.PROPRIEDADE INTELECTUAL

Neste capítulo serão abordados os conceitos e definições de propriedade, o que é a propriedade intelectual e como o contexto histórico e os interesses de diversos atores internacionais moldam a formulação da legislação de proteção aos bens intelectuais.

2.1 Os direitos de Propriedade Intelectual

A propriedade intelectual tem como premissa ontológica a ideia de que o homem usa sua capacidade criativa para se desenvolver e progredir. Assim, haveria uma relação única e específica entre o criador e sua criação intelectual. Na falta de recompensa, não haveria estímulo para o criador criar ou então divulgar a sua criação, o que traria prejuízo à sociedade como um todo.

É o conjunto de duas coisas: a atividade privada (ideias, invenções e demais expressões criativas) e o desejo público de classificar essas invenções como propriedade. A propriedade intelectual abarca os bens intelectuais, mas não todos eles, sendo estabelecidos parâmetros de protegibilidade que geralmente traçam a utilidade comercial ou expressão artística².

Possui como objeto o conhecimento produzido e acumulado pelo homem, assim como a tecnologia desenvolvida através do conhecimento acumulado. A proteção legal visa proteger criadores e produtores de bens e serviços intelectuais, por tempo limitado, não se referindo à expressão física da ideia, mas sim à criação intelectual. Pode ser dividida em dois subsistemas: Direito Autoral e Propriedade Industrial.

O direito autoral trata das obras intelectuais, literárias e artísticas do espírito humano³. O direito existe por si mesmo, a partir do momento da criação da obra, e por isso não é necessária a comprovação de autoria, através de um registro. A garantia de proteção ao autor contra eventual uso incorreto ou irresponsável de suas obras por terceiros é a sua principal atribuição.

² SHERWOOD, Robert M. **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Edusp, 1992.

³GANDELMAN, Marisa. **Poder e conhecimento na economia global. O regime internacional da propriedade intelectual da sua formação à regras de comércio atuais**. Pag. 114. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Por sua vez, a propriedade industrial abarca as patentes, segredos de comércio, marcas, desenho industrial e outras naturezas de bens intelectuais de aplicação industrial. Aqui, o direito de propriedade é atribuído pelo Estado na forma de privilégio de exclusividade, por tempo limitado, sobre certo bem intelectual, quando preenchidos os requisitos legais⁴. Há um caráter exclusivamente econômico, e há a finalidade de aplicação em escala industrial.

O que se convencionou chamar de propriedade intelectual é na verdade um conjunto complexo de sistemas de proteção⁵. Se por um lado, há aqueles que defendem o recrudescimento do sistema de proteção da propriedade do conhecimento, por outro, há aqueles que entendem que os sistemas de proteção são socialmente construídos, devendo ser limitados para apenas cumprir a finalidade a qual foram concebidos. A regulação da propriedade intelectual tem gerado calorosos debates nos planos nacional e internacional, e por isso será alvo de uma análise aprofundada ao longo do presente estudo.

Contudo, antes da análise crítica do instituto, faz-se mister promover o estudo do instituto da propriedade privada, e como os estudiosos, e as principais escolas teóricas a abordavam. E, a partir desta averiguação, compreender como a regulação da propriedade intelectual é influenciada por tais perspectivas.

2.2 Propriedade Intelectual e os direitos de propriedade

Apesar de a propriedade intelectual ser um tipo de propriedade imaterial, sua origem está abarcada na concepção da propriedade tradicional, ou seja, aquela regulada pelo conceito de escassez de alguns bens. Estudiosos remontam o surgimento da propriedade à sedentarização do ser humano, muito

⁴ Os requisitos de patenteabilidade previstos na Lei de Propriedade Industrial, nº 9.279/96 são: a) novidade (a matéria a ser patenteada não pode ter sido revelada previamente, ou pertencer ao estado da técnica); b) atividade inventiva (não pode ser o resultado óbvio de uma combinação de fatores, que logo seria depreendida por alguém); c) aplicação industrial.

⁵ LEMOS, Ronaldo. **Propriedade Intelectual**. pag. 7. Disponível em:< http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/2/25/Propriedade_Intelectual.pdf>. Acessado em: 20 de agosto de 2015.

embora alguns argumentem que o instituto já era conhecido pelos nômades na forma de objetos de uso pessoal e animais de transporte.

A origem da concepção de propriedade esteve ligada a escassez, já que o bem ao ser utilizado pelo indivíduo, automaticamente excluiria a possibilidade de os demais fruírem desse mesmo bem. Os direitos de propriedade, são uma forma de garantir o uso do bem pelo proprietário, e foram amplamente estudados ao longo da história, tanto sob a perspectiva social, quanto sob a ótica das relações do Estado com o indivíduo.

JOHN LOCKE⁶ afirmava ser a propriedade um direito natural, amparado por valores morais, como a ética e justiça. A sua manutenção seria expressão da liberdade do cidadão, sendo a função do Estado defendê-la e garanti-la. Desse modo, o propósito da criação da sociedade civil seria o da proteção à propriedade, tanto em seu sentido lato (liberdade), quanto estrito (riquezas, bens materiais). Os direitos de propriedade teriam a função social e ética de evitar o conflito sobre bens escassos. Segundo o autor, se não há escassez e disputa por um bem, sua aquisição não prejudicará outros indivíduos.

No entanto, o fundamento da escassez não se aplica à propriedade intelectual, já que seu uso por um indivíduo não impede o seu uso por outra pessoa. Criou-se uma condição artificial de escassez, para legitimar os direitos referentes à Propriedade Intelectual⁷.

Para Locke, o governo deve existir para defender um direito de propriedade ilimitado e preexistente a esse governo. O poder concedido ao governo de limitar esse direito individual naturalmente ilimitado, se daria em troca da garantia do direito de propriedade.

Já JEAN-JACQUES ROUSSEAU⁸ não classificava a propriedade como direito natural. A propriedade seria originada de um ato unilateral do indivíduo, que no estado de natureza define-se como dono de determinada área de terra,

⁶ LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Editora Vozes. 2006

⁷ WULK, [et al]. **Propriedade Intelectual e o desenvolvimento das nações: o Acordo TRIPS e suas consequências conflituosas no mundo contemporâneo**. In: Justiça enquanto Responsabilidade. Pág. 168.

⁸ ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 277p. (Classicos).

antes mesmo do estabelecimento da lei civil, ocasionando assim o surgimento da desigualdade entre os homens.

Assim, diferentemente de Locke que estabelece ontologicamente a propriedade como fruto do trabalho, Rousseau a considera como degeneração do gênero humano. Com o contrato social e o estabelecimento das leis, torna-se estável e legítimo o direito de propriedade. Segundo escreve o filósofo, com o contrato social o homem perde a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo, mas ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui – a liberdade natural é limitada pelas forças do indivíduo, a liberdade civil é limitada pela liberdade geral e a posse, que não é senão o efeito da força ou do direito do primeiro ocupante. (HENKES,2008)⁹

Pelo fato de a evolução do homem ser desigual, aquele que é mais engenhoso no processo de divisão do trabalho acabaria por apropriar-se do resultado do trabalho dos outros. Assim, ROUSSEAU¹⁰ sustenta que a propriedade cria desigualdades, gerando disputas entre o pobre e o rico. Para que os homens preservem a sua segurança, diante da disputa entre aqueles que detêm a propriedade e os que não tem, eles abririam mão de parcela de sua liberdade em prol de uma autoridade, institucionalizada pelo governo. O conceito e instituição da propriedade serviriam a aqueles que detêm o poder, aqueles que se destacaram no estado de natureza, e passaram a dominar os que não conseguiram mostrar o mesmo grau de eficiência. A propriedade é então, segundo o autor, um direito elaborado por uma ficção jurídica.

KARL MARX, no *Manifesto Comunista*¹¹ afirma que a garantia de propriedade não é sinônimo de garantia de liberdade, uma vez que a propriedade burguesa se fundamenta na expropriação da propriedade pessoal, enquanto a propriedade comum se fundamenta na manutenção e na melhoria da propriedade social. Sob a ótica marxista, poderíamos afirmar que a apropriação das ideias somente se justificaria quando encarada como

⁹ HENKES, Ricardo Augusto. **Rousseau e o direito de propriedade**. In: Revista Espaço Acadêmico- Nº 89- mensal- Outubro de 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89henkes.htm>. Acessado em: 07 de abril de 2015.

¹⁰ ROUSSEAU, idem, 1993.

¹¹ MARX, Karl. **Manifesto comunista**. Ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. 271 p.

propriedade comum. Seria o esforço conjunto da sociedade, de modo que os indivíduos não fossem impedidos de ter acesso a ela.

Em outra vertente, há a análise da propriedade de acordo com a Teoria Liberal¹². Aqui, a propriedade seria o direito individual de usar e dispor de modo exclusivo os recursos fornecidos pela natureza. Esse direito individual e ilimitado seria a condição fundamental de realização dos valores da sociedade¹³.

MACPHERSON¹⁴ define a propriedade como instituição socialmente construída que visa servir os propósitos definidos pela sociedade como um todo, ou pelo poder dominante. Logo, não é uma instituição estática, mas sim produto das circunstâncias históricas particulares. De forma que, quanto mais a sociedade de mercado se desenvolve, mais o Estado precisa atuar na defesa dos direitos de propriedade.

No entanto, como mencionado anteriormente, a criação dos direitos de propriedade se deu a partir de uma perspectiva de escassez. A propriedade intelectual não pode ser analisada sob esta ótica, uma vez que seu uso por um indivíduo não exclui a possibilidade de uso por outra pessoa, sendo praticamente impossível impor limitações concretas ao compartilhamento de ideias. Os direitos de propriedade intelectual se associam à criação artificial de escassez, situação essa fruto de pressões dos grupos dominantes e detentores de tecnologia.

Os direitos de propriedade sobre os produtos da mente humana, devem ser encarados como sistema de alocação e distribuição de recursos que divide

¹² O liberalismo é uma teoria econômica, altamente difundida ao longo dos séculos XVII e XVIII. Adam Smith, um economista inglês, é seu principal expoente. Smith, afirmava a existência da “mão-invisível”, que dirigiria o mercado, sem qualquer intervenção estatal. A auto-regulamentação do mercado, era a tônica do pensamento liberal. Outros autores como Jeremy Bentham e James Mill aceitaram a economia de mercado e especialmente os ideais que esta sustentava. Impuseram uma base filosófica ao liberalismo político e unificaram o liberalismo econômico com uma teoria de ação política positiva, e ficaram conhecidos como liberais utilitaristas. UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI. **Teóricos do Liberalismo Clássico**. In: Ensino Interativo. Disponível em: http://www2.anhembi.br/html/ead01/ciencias_sociais/lu02/lo2/index.htm. Acessado em: 01 de novembro de 2015.

¹³ GANDELMAN, Marisa. **Poder e conhecimento na economia global. O regime internacional da propriedade intelectual da sua formação à regras de comércio atuais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

¹⁴ MACPHERSON, C.B., The meaning of property, in- (coord.), **Property, mainstream and critical positions**, Toronto, University of Toronto Press, 1978.

a sociedade entre aqueles que tem e os que não tem. A maneira como se entende e justifica a propriedade intelectual tem sido forma de legitimação da concentração de poder nas mãos daqueles que preenchem os requisitos necessários para serem reconhecidos como proprietários, de forma a permitir, ou negar o acesso ao conhecimento que possuem.

Assim como a propriedade, os direitos de propriedade intelectual não podem ser encarados dissociados dos contextos histórico, político, social e econômico. Ao longo da história, foram assimilados novos atores e arranjos institucionais ao tema. Há todo um processo pelo qual a apropriação do conhecimento se transformou em fator determinante das relações capitalistas que vieram a ser estabelecidas. Destarte, torna-se imperioso a análise do processo de formação histórica da proteção aos direitos de propriedade intelectual.

2.3. Um breve histórico da Propriedade Intelectual

A formalização da proteção à propriedade intelectual é resultado de um longo processo histórico¹⁵. O Renascimento é considerado um marco para a formulação de conceitos, princípios e sistemas relacionados à propriedade intelectual. Em tal período, o conhecimento passou a ser um meio de obter progresso e riqueza, sendo monopólio daquele que o produz.

Os primeiros casos de proteção aos direitos literários surgem com a invenção da imprensa por Gutemberg, em 1476¹⁶. O processo mecânico de impressão foi de fundamental importância para o desenvolvimento do conceito de autoria.

Veneza, em 1474 criou o primeiro estatuto sobre o assunto, que já continha princípios que vigem no sistema internacional até os dias de hoje. Elencou requisitos para a concessão da patente (novidade, utilidade, e a divulgação do segredo), estabeleceu o limite de prazo para o privilégio e as

¹⁵ WULK, [et al]. **Propriedade Intelectual e o desenvolvimento das nações: o Acordo TRIPS e suas consequências conflituosas no mundo contemporâneo**. In: Justiça enquanto Responsabilidade. Págs. 160-190, 2014.

¹⁶ BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 6 ed. rev. E atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

penalidades em caso de violações ao direito exclusivo do titular. O sistema também elencava o exame prévio dos requisitos pela autoridade competente, e foi amplamente recepcionado por outros países da Europa¹⁷.

Os privilégios foram parcialmente revogados em 1517 pelo Senado de Veneza, sendo que a partir de então apenas obras inéditas gozariam de tal garantia. No século XVI, o modelo se expande para os burgos do Sacrossanto Império Romano Germânico e, no século XVII, a Inglaterra promove sua primeira legislação moderna, o Estatuto dos Monopólios, de 1623¹⁸. Tal texto legal foi o primeiro a tratar de forma orgânica a propriedade intelectual, cuja outorga e proteção agora estavam desvinculadas da mera vontade discricionária dos soberanos¹⁹.

No século XIV, alguns Estados passaram a conceder patentes, de forma a encorajar a introdução de tecnologias estrangeiras, por meio das imigrações de artesões especialistas. Tal política foi amplamente utilizada pela Inglaterra, que à época, encontrava-se atrasada tecnologicamente em relação à Europa continental. A revelação do segredo por intermédio do treinamento de aprendizes passou a ser condição para a concessão do privilégio de exclusividade e do controle absoluto sobre a produção e comercialização²⁰.

Em território inglês, houve a formação de arranjos, onde a autoridade usava de suas prerrogativas para conceder um privilégio, em troca do controle das ideias a serem difundidas, com o intuito de conservar sua força. O monopólio da impressão era garantido pelo *Licensing Act*,²¹ de modo que, aquele que adquirisse um manuscrito, adquiria também o direito exclusivo de cópia do seu conteúdo, isto é, o *copyright*. O dono do *copyright* era o único legitimado a reproduzir a obra para fins comerciais. O *Licensing Act* foi revogado em 1695 pelo Parlamento Inglês, refletindo a preocupação com o livre comércio,

¹⁷ *Ibid.*, pág. 62.

¹⁸ JAGUARIBE, Roberto; BRANDELLI, Otávio. Propriedade Intelectual: espaços para os países em desenvolvimento. In: VILLARES, Fábio (org.) **Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. Pag. 274, São Paulo: Paz e Terra, 2007.

¹⁹ BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. *Op cit.*, pág. 108, 2011

²⁰ GANDELMAN, Marisa, *op cit.* págs., 64-72.

²¹ GANDELMAN, Marisa. *Op cit.*, pág. 64.

e o amadurecimento da noção de autor como alguém que tem um direito natural de propriedade sobre o conteúdo e a forma de sua criação.

Em 1709 criou-se o Estatuto Anne ou *Copyright Act*²², considerada a primeira lei com características do que conhecemos hoje como direito autoral. Dentre as suas principais características podemos citar a disposição de que o autor tem direitos sobre sua criação original, sendo proprietário de seu trabalho, e podendo tirar proveito econômico de sua atividade; limitação do prazo de proteção ao direito exclusivo, permitiu a acessibilidade da prática a todos, e não mais apenas às corporações gráficas²³.

Fortalecido o pensamento liberal, o crescente mercado internacional favoreceu-se a criação de um regime internacional sobre a proteção à propriedade intelectual. Na Alemanha, havia a noção de autor como gênio original, existindo diferença entre o livro como objeto físico, e a ideia expressa nele. Já a França, após a Revolução Francesa incluiu os direitos autorais como direitos humanos, haja vista que a ideia não era apropriada, mas sim originada da mente do indivíduo, sendo por isso, a forma mais natural e inviolável de propriedade. Consagrou-se, a doutrina do autor absoluto²⁴.

Em 1793, nos Estados Unidos, Thomas Jefferson elaborou o *Patent Act*, que adotava princípios econômicos e sociais. Entendia-se que o sistema de patentes era necessário ao bem público, como forma de incentivar a inovação, e sua colocação no mercado. O segredo poderia ser mantido se o autor assim o preferisse, mas para aproveitar as vantagens oferecidas pela patente, o segredo deveria ser revelado ao público.

Com relação ao direito autoral, os Estados Unidos, não aceitaram a doutrina do autor absoluto. Criou-se um sistema legal de proteção apenas ao direito de cópia, sendo este um privilégio concedido pelo Estado. Assim que fosse publicada, a obra saía do controle do autor, e passava ao controle daquele

²² LINS, Bruna Rego. **O Prazo Prescricional nas Ações Relativas à Violação de Direitos Autorais**. In: COSTA [et. al] Aspectos Polêmicos da Propriedade Intelectual. pag. 122. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

²³ GANDELMAN, Marisa, *op cit.*, págs. 69-71.

²⁴ JAGUARIBE, Roberto; BRANDELLI, Otávio, *op cit.*, pag. 275.

que detinha os direitos de cópia. Entendia-se que esta era uma forma de estimular a ampla circulação do conhecimento²⁵.

A Revolução Industrial promoveu o reconhecimento da relevância das inovações e patentes. Ocasinou também o aumento do comércio, e a necessidade de ampliar a área de proteção dos privilégios para além das fronteiras nacionais. O liberalismo, e a expansão do sistema patentário acabaram por conduzir, na segunda metade do século XIX, às primeiras propostas de criação de um sistema extranacional²⁶.

2.3.1 As Convenções de Paris e Berna

O regime internacional da propriedade intelectual, surge no final do século XIX, com base em princípios, normas e regras já estabelecidas nos sistemas domésticos. A formação do sistema internacional tem de ser encarada como resultado das relações de poder geradas pela estrutura internacional, e não apenas como uma questão econômica, ou de direito internacional.

A necessidade de proteção internacional da propriedade intelectual, aprofundou-se em 1873, por ocasião da Exposição Internacional de Invenções em Viena. Em tal exposição, alguns expositores estrangeiros negaram-se a participar, pois temiam que roubassem suas ideias, para explorá-las comercialmente em outros países.

Dez anos mais tarde, em 1883, foi adotado o Convênio de Paris para a proteção da Propriedade Industrial. Com este tratado pioneiro, buscou-se facilitar que os nacionais de um país tivessem a proteção de seus inventos em outros países. O Convênio de Paris entrou em vigor em 1884, e foi ratificado por 17 países. Em 1886 foi a vez de proteger o direito do autor com a Convenção de Berna para a proteção de Obras Literárias e Artísticas²⁷.

Não havia receio com relação a riscos de mudança nas políticas domésticas sobre o tema, haja vista, o fato de que os compromissos assumidos eram cópias das legislações nacionais. Os princípios e normas adotados

²⁵ GANDELMAN, Marisa, *op cit.*, pág. 77.

²⁶ JAGUARIBE, Roberto; BRANDELLI, Otávio. *op cit.* pág., 275..

²⁷ BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à Propriedade Intelectual**. Lumen Juris, 2010.

internacionalmente, eram um padrão repetido do comportamento dos Estados, tornando assim, a formação do regime um passo óbvio e natural. Os países aderiram ao novo sistema que se criava, por entendê-lo como um dos meios de se chegar a uma ordem almejada²⁸.

A existência de regimes internacionais é explicada por muitos teóricos da área, como consequência dos interesses egoístas de um ator internacional. Isto é, há um interesse no comportamento dos demais, apenas quando afetam a sua própria atuação. As teorias contratualistas²⁹ se baseiam na ideia de auto-interesse egoísta. Quando há uma interdependência complexa entre os atores, ou seja, quando as atitudes tomadas por alguém, atingem diretamente, outrem, há uma maior probabilidade do surgimento de regimes³⁰. Assim, um Estado aceitaria limitar a sua autonomia, visando um objetivo maior, que só pode ser alcançado com a cooperação dos demais Estados no sistema internacional. No âmbito das propriedade intelectual, o ator internacional limita-se voluntariamente perante uma nova norma extranacional, para que a proteção das invenções e obras de seus nacionais seja conferida além de suas fronteiras.

A internacionalização do sistema de patentes começou em 1883, com a adoção da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial. A União de Paris visava facilitar o fluxo de tecnologia entre as nações contratantes, e para isso criou requisitos comuns para a concessão de patentes, além de garantir o tratamento nacional para os estrangeiros³¹. Facilitou, assim, a aquisição de direitos de patente em jurisdições estrangeiras, ao mesmo tempo

²⁸ WULK, [et al]. *op cit.*, pág. 165-166.

²⁹ Para as teorias contratualistas a vida em sociedade surge a partir de um acordo mútuo, consensuado e ratificado. Autores como John Locke, Montesquieu e Rousseau são expoentes de tal corrente de pensamento. CEZARIO, Leandro Fazollo. **Naturalismo vs. Contratualismo ou a completude de duas teorias.** Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7763. Acessado em: 01 de novembro de 2015.

³⁰ KRASNER, Stephen D. **Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: Regimes como variáveis intervenientes.** In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012.

³¹ WULK, [et al]. *op cit*, pag, 165.

que preservava a independência dessa concessão, mediante o direito de prioridade³².

A Convenção dispunha que as nações signatárias poderiam excluir certas áreas da tecnologia e conhecimento da patenteabilidade, bem como determinar a duração das patentes, definir o alcance dos direitos de exclusividade concedidos, e até mesmo criar licenças compulsórias em alguns casos. Os países ficavam livres para estabelecer os padrões de proteção, desde que não criassem regras de discriminação aos titulares de propriedade estrangeira. Estabeleceu os princípios da não-discriminação no comércio internacional de propriedade industrial e o direito de monopólio dos inventores. Entrou em vigor em 07 de julho de 1884, com a assinatura de 11 países, dentre eles o Brasil, sendo válido ressaltar que os Estados Unidos aderiram apenas em 1887. A Convenção de Paris foi um acordo relativamente modesto quanto à imposição de obrigações, e seu objetivo primordial foi o de ser uma garantia de proteção à propriedade industrial no maior número de países³³.

Já a Convenção de Berna foi firmada em 9 de setembro de 1886. É importante lembrar que durante o século XIX, alguns países europeus já vinham concretizando acordos bilaterais para a proteção dos direitos autorais de seus nacionais. No entanto, o número crescente de acordos, acabou tornando-os incompatíveis entre si, havendo a necessidade de um sistema uniforme de proteção para promover a eficiência. Ao ser estabelecida, a Convenção de Berna visava a proteção de obras literárias e artísticas. O acordo tinha como princípios reitores: a reciprocidade; a proteção automática; a independência da proteção; e os direitos mínimos. Os países signatários reservavam-se ao direito de celebrar acordos particulares entre si.

A gestão das convenções gerou a necessidade de uma burocracia fixa, criando o Secretariado das Convenções. Cerca de 80 anos mais tarde, em 1967, o Secretariado transforma-se na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) que passa a ter as feições do sistema de proteção atual³⁴.

³² Direito de prioridade é definido como o direito assegurado ao titular do pedido de patente, para requisitar o mesmo privilégio, dentro do prazo de um ano, em outro país de seu interesse. PARANAGUÁ, Pedro. Patentes. Disponível em: <<http://academico.direito-rio.fgv.br/wiki/Patentes>>. Acessado em: 17 de novembro de 2015.

³³ GANDELMAN, Marisa. *op cit.*, pág. 101-103.

³⁴ JAGUARIBE, Roberto; BRANDELLI, Otávio, *op cit.*, pág. 275.

A Revisão de Estocolmo³⁵, promovida pelas Uniões de Paris e de Berna em 1967, foi uma resposta às novas necessidades e dinâmicas internacionais. Cabe frisar que o período fora marcado pelas mudanças tecnológicas, e a atenção às necessidades dos países em desenvolvimento e dos recém independentes. A revisão de Estocolmo firmou um convênio de criação da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). A partir desse momento, a OMPI passou a ser o principal foro de negociação do regime da propriedade intelectual, abrangendo negociações multilaterais.

2.3.2 A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

Criada em 1967, com sede em Genebra, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é um organismo autofinanciado das Nações Unidas, que conta com 187 Estados-Membros. Caracteriza-se por ser um fórum mundial em que se discutem serviços, políticas, cooperação, e informação em matéria de propriedade intelectual, cuja criação ocorreu com os propósitos de ampliar, homogeneizar e universalizar o uso e a aplicação relativa aos direitos de propriedade intelectual³⁶.

Com o passar dos anos, a estrutura da Organização foi mudando e em 1970, entrou em vigor o Convênio que estabelece a Organização Mundial de propriedade Intelectual, cuja sede não se situava mais em Berna, e sim em Genebra. Em 1974 a OMPI passou a ser um organismo especializado da Organização das Nações Unidas (ONU), com a função de solucionar questões de propriedade intelectual trazidas pelos Estados membros da ONU. No ano de 1996 a OMPI ampliou suas funções e com a formulação do acordo de cooperação com a Organização Mundial do Comércio (OMC), trazendo à tona

³⁵ Revisão da Convenção de Paris, realizada em 1967, que dificultou o processo para a licença compulsória, determinando que a licença fosse obrigatoriamente não-exclusiva. Criou também a exigência de a licença compulsória prévia como condicionante para o uso da caducidade. GONTIJO, Cícero. **As transformações do sistema de patentes, da Convenção de Paris ao Acordo TRIPS. A posição brasileira.** In: FDCL -Forschungs- und Dokumentationszentrum Chile - Lateinamerika e.V., Berlin. Disponível em: http://www.fdcl-berlin.de/fileadmin/fdcl/Publikationen/C_cero-FDCL.pdf. Acessado em: 01 de novembro de 2015.

³⁶ SINUS. **Organização Mundial da Propriedade Intelectual.** 2012. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/OMPI-GuiadeEstudosOnline.pdf>>. Acessado em: 09 abril de 2015.

a importância dos direitos de propriedade intelectual na regulamentação do comércio internacional.

Hoje a OMPI administra 26 Tratados e conta com uma Secretaria que presta contas das atividades da Organização para os Estados Membros. A agência se dedica à constante atualização e proposição de padrões internacionais de proteção às criações intelectuais em âmbito mundial. Os exemplos mais marcantes desta atuação são o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT); o apoio ao Convênio Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais (UPOV); o Protocolo de Madrid, para o registro internacional de marcas; e as negociações relativas à harmonização no campo de patentes e marcas e direito de autor³⁷.

Dentre suas principais funções podemos citar: estimular a proteção da Propriedade Intelectual em todo o mundo mediante a cooperação entre os Estados; estabelecer e estimular medidas apropriadas para promover a atividade intelectual criadora e facilitar a transmissão de tecnologia relativa à propriedade industrial para os países em desenvolvimento, com o objetivo de acelerar os desenvolvimentos econômicos, sociais e culturais; incentivar a negociação de novos tratados internacionais e a modernização das legislações nacionais.

Cumprе frisar que já no início da década de 60, a configuração internacional da propriedade intelectual já era objeto de preocupação. Em 1962, o Brasil apresentou projeto de resolução na Assembleia das Nações Unidas, para que se buscassem meios de permitir que o sistema internacional atuasse em benefício do desenvolvimento, de forma a promover a inclusão dos chamados Países de Terceiro Mundo, na nova agenda internacional³⁸. A proteção à propriedade intelectual não poderia ser um entrave ao desenvolvimento, mas sim, um meio de se alcançá-lo.

Os instrumentos da OMPI são de caráter individual e voluntário, permitindo aos países signatários aderirem apenas aos que lhe pareçam de maior conveniência. A agência também não dispõe de mecanismos impositivos,

³⁷ WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Inside WIPO**. Disponível em: <<http://www.wipo.int/about-wipo/en/>>. Acessado em: 09 de abril de 2015.

³⁸ JAGUARIBE, Roberto; BRANDELLI, Otávio. *op. cit.*, 270.

o que, somado à voluntariedade dos instrumentos, levou alguns países a buscarem formas coercitivas de ampliarem a observância dos direitos de propriedade intelectual.³⁹

Os regimes de propriedade intelectual, devem ser entendidos dentro do contexto em que estão inseridos. A globalização afetou de maneira profunda a nova lógica do sistema de proteção à propriedade intelectual, de modo que para analisa-lo criticamente, faz-se mister entender o processo globalizatório e suas implicações.

³⁹ *Ibid.*, pág. 276.

3. GLOBALIZAÇÃO E OS REGIMES DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL

É inegável que a globalização se faz presente cotidiano de todos, e que após a sua intensificação operaram-se diversas mudanças na dinâmica internacional. O que ainda se discute, é se a globalização é um fenômeno benéfico ou não, e como é possível superar os obstáculos que ela impõe aos países e aos seus cidadãos.

Segundo informações disponibilizadas pela CEPAL⁴⁰, o processo de globalização estaria intimamente relacionado com os progressos nos transportes, comunicações e informação, em um conjunto de inovações tecnológicas que permitem avanços na produtividade, crescimento econômico e comércio internacional. Nesse sentido, a liberalização do comércio, dos fluxos financeiros e dos investimentos nos países emergentes, acabou por acelerar ainda mais o processo.

(...)A globalização deve ser entendida como um processo, um padrão histórico de mudança estrutural, mais do que uma transformação política e social já plenamente realizada. Ela é um fenômeno ao mesmo tempo amplo e limitado: amplo, porque ela cobre transformações políticas, econômicas, e culturais; limitado, porque não se trata de um processo completo e terminado, e ele não afeta a todos da mesma maneira. O processo de globalização é caracterizado pela intensa mudança estrutural da economia internacional, com o peso crescente de transações e conexões organizacionais que ultrapassam a fronteira dos Estados. (MELLO, p. 165. 2015)⁴¹

O quadro verificado com o advento da globalização é o da redução da atividade regulatória, da flexibilização de fronteiras e de redução de barreiras por parte dos Estados. Assim, o Estado estaria, cada vez mais, assumindo um papel de facilitador das atividades globalizantes, na medida em que elas estão

⁴⁰ CEPAL. **Globalização e desenvolvimento**. In: Vigésimo nono período de sessões. Brasília, Brasil. 6 a 10 de maio de 2002.

⁴¹ MELLO, Valérie de Campos. **Globalização, regionalismo e ordem internacional**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n1/v42n1a07.pdf>>. Acessado em: 12 de março de 2015.

localizadas no interior do território de uma entidade soberana⁴². A globalização implicaria na busca de uma escala temporal e espacial adequada para a governança.

No entanto, GILPIN⁴³ assegura que ainda vivemos em um mundo onde as políticas nacionais e economias domésticas ainda são as principais determinantes das relações internacionais. Para o autor, a globalização é fruto da cooperação econômica internacional e de novas políticas econômicas. Além disso, a compressão do tempo e espaço devido às inovações tecnológicas reduziu significativamente os custos do comércio internacional.

SOROS⁴⁴ enfatiza que o desenvolvimento de uma economia global não vem sendo acompanhado pelo desenvolvimento de uma sociedade global. Para o autor, ainda é vacilante o relacionamento entre países centrais e os periféricos. O centro seria o provedor de capital e a parte periférica, a usuária do capital. Assim, apesar da globalização criar muita riqueza, esta não é distribuída de forma igualitária entre os países e seus cidadãos.

Para GIDDENS⁴⁵ a expansão das desigualdades dentro e entre as sociedades é um dos principais desafios mundiais da atualidade. A disparidade entre o mundo desenvolvido e o em desenvolvimento aumentou continuamente durante o século XX, e atualmente é a maior que já houve. Enquanto nos países desenvolvidos os níveis de crescimento econômico e de produção acompanharam a taxa de crescimento econômico, nos em desenvolvimento não houve tal simetria. A globalização estaria exacerbando essas tendências, pois concentra renda, riqueza e recursos em um pequeno núcleo de países. O processo de integração da economia global estaria ocorrendo de forma desigual

⁴² MITTELMAN, James H. A globalização alternativa. In: **América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

⁴³ GILPIN, Robert. **Global political economy: understanding the international economic order**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001

⁴⁴ SOROS, George. **A crise do capitalismo**. Tradução de Afonso Celso Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

⁴⁵ GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução Sandra Regina Netz.-4. ed.- Porto Alegre: Artmed, 2005.

e apenas um grupo de países desenvolvidos estaria se beneficiando com esse crescimento e o processo de integração econômico mundial.

Em uma economia global há um número maior de parcelas da atividade produtiva orientadas aos mercados externos, e as suas dinâmicas passariam a ser orientadas pelo nível da demanda internacional⁴⁶. Assim, há um duplo contraste no comércio internacional. Primeiramente há o contraste entre o alto valor das exportações dos países desenvolvidos e o baixo valor das exportações dos países em desenvolvimento. Aqui, haveria um reflexo da difusão desigual das inovações da revolução tecnocientíficas. Já o segundo contraste seria a diferença nas dimensões dos mercados consumidores de países desenvolvidos e dos em desenvolvimento. Tal situação seria o resultado das profundas desigualdades internacionais de renda.

Com a globalização novos atores internacionais surgiram tanto na geopolítica mundial, quanto no comércio. Agora, os Estados convivem com companhias multinacionais e transnacionais, Organizações Internacionais (OIs) e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Todos esses novos atores influenciam de forma direta a dinâmica das relações internacionais, atuando de forma a fazer prevalecer seus interesses em detrimento dos interesses dos demais.

O monopólio do conhecimento é uma das características diferenciadoras entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. O domínio da tecnologia, adquiriu grande relevância na economia de capitalismo avançado contemporâneo. Se antes Estados fortes eram aqueles que detinham numerosa população, vastos territórios e poderio militar, hoje a economia e a tecnologia dialogam com tais capacidades do Estado.

Muitos autores afirmam que vivemos a chamada “era da informação”. Há uma dependência crescente das atividades econômicas em relação ao domínio de novas tecnologias. Entende-se que a inovação é condição fundamental para o desenvolvimento, e a capacidade de criar tecnologia, indispensável para este processo. As estratégias competitivas dos atores internacionais pautam-se na incorporação da informática, uso das modernas telecomunicações, pesquisas

⁴⁶ MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. 2. ed. reform. São Paulo: Atual, 2008

em biotecnologia. A inovação garante a competitividade em nível global, e decorre fundamentalmente das relações entre atores econômicos, políticos e sociais, visto que o processo de inovação é cumulativo, baseando-se em capacidades endógenas e conhecimentos tácitos⁴⁷.

ALMEIDA⁴⁸ enfatiza que o processo de globalização é irrefreável, cabendo aos Estados colocá-lo a serviço de objetivos nacionais. Para isso, o país deve se capacitar tecnologicamente e em termos organizacionais para poder competir no mercado global. Atualmente, o que se questiona é quais seriam as políticas alternativas suscetíveis de manter o país na corrida competitiva com o menor custo social aceitável. Assim, seria necessária a adaptação contínua das forças produtivas e das relações de trabalho de um país às novas condições da ordem internacional.

Nesta mesma lógica de pensamento, RICUPERO⁴⁹ afirma que a inserção de um país no comércio internacional deve ser buscada apenas se ela pode promover o desenvolvimento de tal país. O autor enfatiza que há a inserção perversa e a inserção virtuosa da economia no comércio internacional. A primeira seria caracterizada pela concentração de riquezas, a marginalidade, a instabilidade política e o retardamento educacional. Já a segunda, que vem a ser a modalidade de inserção que um país deve buscar, caracteriza-se por produzir sociedades mais igualitárias e coesas. Isso porque, está associada a esforços de aprimoramento da educação e promoção da cultura, com o consequente aumento da distribuição de renda, e redução da marginalidade. O aumento da interdependência entre os países e a intensificação das relações econômicas não são características exclusivas de nossos tempos. A globalização contemporânea se caracteriza pela transnacionalidade das economias.

⁴⁷ SOARES, Danielle de Queiroz. **Inovação Tecnológica: Desafios e Perspectivas dos Países Subdesenvolvidos.** In: **Desigualdade & Diversidade**- Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 8, jan/jul, 2011, pp.101-117.

⁴⁸ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Os primeiros anos do século XXI: O Brasil e as relações internacionais contemporâneas.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁴⁹ RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o dilema da globalização.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

Os direitos de propriedade intelectual são fruto de um conjunto de interesses, que conjugados acabaram por formar o regime internacional de proteção à propriedade intelectual. Cada conquista tecnológica é acompanhada do surgimento de novos desafios para o direito⁵⁰. A globalização intensificou as trocas comerciais entre as nações, e acabou por erigir novos atores no cenário internacional. Estes novos atores, agem de forma a garantir seus interesses, atuando de forma a criar uma espécie de “cooperação” referente à proteção do conhecimento. A decisão de formação do regime internacional sobre os direitos de propriedade intelectual veio a modificar a dinâmica das relações internacionais, requerendo uma análise aprofundada do tema. No próximo tópico abordaremos o processo histórico de formação do regime de propriedade intelectual contemporâneo, a sua configuração, assim como as suas implicações.

3.10 atual regime internacional de proteção à Propriedade Intelectual

O incremento do comércio internacional, bem como a rapidez com que as invenções iam para além das fronteiras nacionais contribuiu significativamente para a formação do regime internacional de propriedade intelectual. Os Estados decidiram adotar certas políticas comuns, submetendo-se às regras de forma a alcançar um resultado que, em um plano ideal, beneficiasse a todos, refletindo assim, determinada configuração de poder no sistema internacional. A ideia principal para a formação do regime internacional de proteção à propriedade intelectual era a de que a proteção aos bens intelectuais estimularia a criatividade e os investimentos em produção de conhecimento, possibilitando maior intercâmbio de conhecimento entre os participantes.

A liberalização do comércio, dos fluxos financeiros e dos investimentos nos países emergentes, acabou por acelerar ainda mais o processo. As inovações tecnológicas, ampliaram os direitos de propriedade, principalmente

⁵⁰ WACHOWICZ, Marcos. **Direito Autoral**. Disponível em: <http://www.gedai.com.br/sites/default/files/arquivos/artigo_marcoswachowicz_direitoautoral_6.pdf>. Acessado em: 03 de novembro de 2015.

com relação aos bens intelectuais, que adquirem uma importância crescente nas economias dos Estados.

Como visto anteriormente, o processo de proteção à propriedade intelectual é antigo, e os regimes internacionais sobre o tema datam ao século XIX. No entanto, os regimes contemporâneos de proteção à propriedade intelectual são altamente influenciados, pela nova lógica internacional de mercados, de compartilhamento de informações e também de poder.

KRASNER⁵¹ define os regimes internacionais como o conjunto de normas, princípios, regras e procedimentos de tomadas de decisões que convergem em determinada área. Seriam variáveis intervenientes entre fatores causais básicos, e os resultados e comportamentos obtidos. Para o autor, os regimes não se resumem apenas à arranjos temporários, que mudam conforme os interesses em pauta, para atender interesses egoístas a curto prazo, mas sim arranjos perenes, que visam um objetivo comum e interesses a longo prazo.

Há uma série de princípios e normas que atuam na relação entre as forças políticas e econômicas nas relações internacionais. Nas décadas de 1950 e 1960 as teorias dos regimes enfatizavam o conflito militar e entendiam as relações internacionais como um jogo de soma zero⁵². A década de 1970 foi marcada pela atenção à crescente interdependência econômica, a cooperação e os desafios trazidos pelos países subdesenvolvidos. A partir de 1980 é adotada a concepção que temos hoje, ou seja, conjunto de regras, princípios, normas e procedimentos que modulam os comportamentos e nos quais convergem as expectativas dos atores internacionais em determinado assunto⁵³.

A nova lógica de poder internacional tem como elemento estratégico fundamental o controle da tecnologia de ponta. No entanto, qualquer tentativa de definir poder em único índice é falha, haja vista que desconsidera a

⁵¹ KRASNER, Stephen. *op cit.*, p. 93-110.

⁵² “A teoria dos jogos parte do suposto de que os agentes agem racionalmente, premidos pelas circunstâncias e pela percepção que têm em relação ao comportamento dos outros atores. O resultado para um jogador depende da sua ação e da reação do outro. Colocar-se no lugar do outro jogador e levar em conta seus interesses ajuda a elaborar possíveis cenários de conflito e estabelecer estratégias para a política externa”. COELHO, Ana Cecília da Costa Silva. **A concepção da Teoria dos Jogos e suas implicações teóricas para as Relações Internacionais: limites e possibilidades**. Dissertação de Mestrado- UFSC, 2012.

⁵³ GANDELMAN, *op cit.*, págs. 165-166.

imprevisibilidade dos relacionamentos humanos, altamente moduláveis pelo contexto em que estão inseridos⁵⁴.

A Revolução Técnico-Científica, ocorrida a partir da segunda metade do século XX, promoveu a incorporação definitiva da ciência ao processo científico. Aqui é importante enfatizar que a aproximação da ciência à produção, está relacionada às necessidades endógenas do sistema capitalista, ou seja, a necessidade constante do aumento de produtividade.

O alto grau de interdependência e competitividade mundial, acaba por promover o interesse na difusão controlada e relativa do conhecimento científico-tecnológico. A tecnologia passou a ser elemento de diferenciação e vantagem no sistema internacional. Ao mesmo tempo em que há o interesse em retardar a popularização do conhecimento, há o interesse das empresas produtoras de pesquisa e desenvolvimento, em venderem seus produtos a um número cada vez maior de clientes. Não são apenas os Estados os interessados em assuntos de propriedade intelectual. Atores não-estatais, como as empresas privadas tem tido cada vez mais influência em moldar o comportamento de Estados e organizações.

O avanço tecnológico congrega aspectos político-estratégicos, uma vez que aquele que detém o conhecimento, possui um recurso de poder muito especial, além do potencial incremento produtivo. SUSAN STRANGE, em sua obra *States and Markets*⁵⁵, afirma que a economia política se edifica a partir do poder estrutural e do poder relacional. O poder estrutural seria a capacidade de moldar e determinar as estruturas da economia política internacional, sendo composto de quatro estruturas: a segurança; a financeira; a de produção e a de conhecimento, não havendo necessariamente hierarquia entre elas.

A estrutura de conhecimento é a capacidade de negar ou controlar o acesso a essa fonte de poder, sendo constituída pelo conjunto de normas, crenças e valores de uma sociedade. Quanto mais tempo a difusão do novo conhecimento demorar, maior será a vantagem comparativa de uma nação ou empresa.

⁵⁴ NYE JR. Joseph S. **O futuro do Poder**. São Paulo- Benvirá, 2012.

⁵⁵ STRANGE, Susan. **States and Markets**. Paperback, Second Edition, 1988.

Com a Revolução Técnico-Científica, o domínio do *know-how*⁵⁶ torna-se o principal instrumento de poder e ascensão de uma potência, sendo, portanto, sinônimo de poder político e econômico. A tecnologia passa a ser recurso de poder estrutural tanto para o crescimento econômico, quanto político-estratégico, tornando-se, à vista disso, um recurso de poder valioso nas relações internacionais contemporâneas.

Inicialmente, a proteção à propriedade intelectual se deu por meio das legislações nacionais. Com o incremento do comércio entre as nações, países que possuíam relações mais estreitas passaram a realizar acordos mútuos de reconhecimento e proteção à propriedade intelectual de seus nacionais. A intensificação das trocas comerciais internacionais, demandou a criação de um sistema multilateral de proteção, com o intuito de harmonizar as leis nacionais.

A tutela à propriedade intelectual se opera no âmbito do Direito Interno e do Direito Internacional, visando à proteção do criador. Num primeiro momento, o inventor estaria protegido de acordo com as leis de seu Estado. Num segundo, pelas normativas internacionais ou comunitárias que regulavam a propriedade intelectual. (WACHOWICZ, pag. 2, 2015)⁵⁷

O regime internacional de proteção à propriedade intelectual se materializou pelas convenções internacionais de Berna e Paris, promovidas e assinadas por inúmeros Estados, majoritariamente os europeus. Tornar os bens intelectuais apropriáveis foi a solução encontrada para a proteção dos produtos intelectuais, assim, os regimes, cujos históricos foram desenvolvidos em capítulo anterior, se estruturam a partir do conceito político e jurídico da propriedade.

KRASNER⁵⁸ considera que os regimes internacionais são melhor abarcados pela tradição *grociana*, a qual rejeita o pressuposto de que o sistema internacional é composto por estados soberanos limitados apenas pelo

⁵⁶ Know-how é um termo em inglês que se refere ao conjunto de conhecimentos práticos adquiridos por uma empresa ou profissional, que traz para si vantagens competitivas. (tradução livre)

⁵⁷ WACHOWICZ, Marcos. *op cit.*, pág. 2.

⁵⁸ KRASNER, Stephen. *op. cit.*, 2012.

equilíbrio de poder. Autores filiados ao pensamento *grociano*⁵⁹, sugerem que as elites são os atores reais das relações internacionais, sendo os Estados abstrações rarefeitas, onde soberania seria uma variável comportamental, e não uma presunção analítica. As elites, que possuem tanto laços transnacionais quanto nacionais, agiriam no interior de uma rede de comunicações, incorporando regras, normas e princípios, para além das fronteiras nacionais.

A formação do regime internacional de propriedade intelectual se deu no final do século XIX, marcado pela modernidade e expansão do capitalismo, com as inovações tecnológicas e o progresso econômico.⁶⁰ No plano político, há a consolidação dos Estados soberanos, que se fortaleciam como unidade de poder. O surgimento do sistema financeiro internacional, aliado às transformações supramencionadas motivaram vários estados a ampliar seus mercados para os bens intelectuais, visando o aumento de lucros por meio da instituição de um regime internacional, que nada mais era que uma ampliação de sua legislação nacional para além de suas fronteiras.

Os Estados Unidos lideraram o movimento que determinou a mudança de regime. Com o processo de desenvolvimento tecnológico ampliou-se o conceito de propriedade, prevalecendo a noção de que a instituição da propriedade do conhecimento deve ser fundamentada nas ideias da propriedade privada. Primeiramente, o regime de propriedade intelectual foi pautado na tradição individualista, onde o esforço inventivo pessoal deve ser premiado, já que resulta no progresso de todos. No entanto, segundo GANDELMAN⁶¹ a tradição individualista foi recentemente superada pelo espírito utilitário, no qual a utilidade do invento ou obra para a sociedade foi superado pela utilidade individual dessa criação, isto é, só haverá real motivação à produção e inovação tecnológica caso o indivíduo tenha controle absoluto sobre o fruto de seu esforço criativo.

⁵⁹ O pensamento grociano encara os regimes de forma disseminada, isto é, entende que os regimes são um atributo inerente a qualquer padrão de comportamento humano complexo e persistente. Estariam, portanto, disseminados em todos os regimes políticos, devendo apenas ser descritos, já que estariam postos previamente. A perspectiva grociana aceita os regimes como parte fundamental de toda interação humana padronizada, incluindo os comportamentos do sistema internacional, sendo os regimes uma faceta disseminada da interação social. KRASNER, idem, 2012.

⁶⁰ GANDELMAN, Marisa. *op. Cit.*, 2004

⁶¹ Ibid. p. 211-213

Prevaleceu a noção de que o conceito e instituição de propriedade intelectual devem auxiliar o mercado livre. Aqui, há a presença de um conceito de propriedade ampliado, que garante a manutenção de uma ordem liberal que privilegia a eficiência, sem se preocupar com problemas de distribuição. A rigidez das normas de proteção deve aumentar na medida em que aumenta a limitação ao acesso de bens e serviços proporcionados pelas novas tecnologias.

Durante o século XIX buscou-se estimular o intercâmbio tecnológico entre os participantes, caracterizando o idealismo prevalente da época, que logo foi substituído pela alta competitividade do século XX. O domínio da tecnologia e a criação de inovações eram assunto de segurança nacional. Princípios, normas e regras de cooperação foram paulatinamente sendo deixados de lado, e a adoção do segredo passou a ser a tônica da atuação na política externa. Cada país estava interessado em maximizar sua própria capacidade tecnológica.

No atual cenário internacional, a capacidade competitiva dos Estados está intrinsecamente ligada à evolução tecnológica, a capacitação das indústrias e o aumento do valor agregado nos produtos nacionais, de forma a enfrentar a concorrência do mercado internacional. A produção e detenção do conhecimento científico-tecnológico, passa a ser forma de diferenciação entre os países, tornando-se um recurso de poder.

3.2 Os Tratados multilaterais

O multilateralismo⁶² é fruto das mudanças sistêmicas e das novas interações no sistema internacional. A aquisição e fruição da propriedade intelectual são condicionadas pelas várias formas de regulamentações estatais e também supra estatais (tratados e convenções internacionais). Em um acordo

⁶² “O multilateralismo pode ser conceituado como a redução indiscriminada de barreiras ao comércio à todos os países inseridos no sistema mundial de comércio. O processo de globalização intensificou a força tanto do regionalismo quanto do multilateralismo. O multilateralismo promove a redução de barreiras baseado na assinatura de acordos e tratados multilaterais de comércio”. LUQUINI, Roberto de Almeida; SANTOS, Nara Abreu. **Multilateralismo e Regionalismo no âmbito da liberalização do comércio mundial**. In: Brasília a. 46, n.181, p. 91-99, jan./mar. 2009

ou tratado internacional cada país signatário deve compatibilizar sua legislação interna com o disposto no tratado aderido.

Com relação à Propriedade Intelectual as medidas de proteção multilaterais, surgiram devido à necessidade de garantir uma legislação internacional que protegesse os bens intelectuais para fora dos territórios nacionais. Até então, os Estados estabeleciam regras referentes à Propriedade Intelectual de acordo com suas características econômicas e sociais, visando proporcionar o melhor para sua economia. As Convenções de Paris e Berna foram as precursoras dos tratados multilaterais sobre o assunto.

Seguindo os princípios da multilateralidade, já estabelecidos nas convenções anteriores, criou-se a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). A organização era um órgão das Nações Unidas encarregado de estudar e legislar sobre propriedade intelectual, mas não era dotada de meios suficientes para estabelecer padrões elevados de proteção ou criar meios coercitivos para induzir a adequação dos Estados.

O questionamento da eficiência do sistema, e a tendência à uniformização do sistema internacional dos direitos de propriedade em geral, e das patentes em particular, levaram a discussão sobre a propriedade intelectual ao âmbito do GATT. Por ser um dos principais recursos entre disputas multilaterais no âmbito das relações internacionais países inovadores em tecnologia como Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Holanda e Reino Unido, pressionaram para que a legislação internacional sobre o assunto se tornasse cada vez mais rígida⁶³.

Os países em desenvolvimento manifestaram a recusa em discutir a propriedade intelectual no âmbito do GATT, defendendo o uso da OMPI, que era muito mais flexível, já que deixava a cargo dos países escolherem quais os setores a serem protegidos, desde que os produtos nacionais e estrangeiros recebessem o mesmo tratamento.

⁶³ VARELLA, Marcelo Dias; MARINHO, Maria Edelvacy Pinto. **A Propriedade Intelectual na OMC**. pág. 485 In: Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB, Brasília, v.2, n.2, pg. 484-501, jul./dez., 2005.

Ao longo do século XX foram realizadas oito rodadas de negociação⁶⁴ sobre o comércio internacional no âmbito do GATT. As cinco primeiras rodadas versaram exclusivamente sobre as tarifas alfandegárias⁶⁵. A sexta e sétima rodadas incluíram as medidas *anti-dumping*⁶⁶, medidas tarifárias e não tarifárias nas negociações. Já a oitava Rodada, conhecida como Rodada do Uruguai introduziu temas relacionados à agricultura, serviços e Direitos de Propriedade Intelectual, refletindo assim as novas dinâmicas e interesses que se avultavam no contexto internacional⁶⁷.

3.2.1 A Rodada do Uruguai

A Rodada do Uruguai se insere no contexto de negociações comerciais multilaterais, viabilizadas em 1947, com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). A participação dos países em desenvolvimento nas primeiras

⁶⁴ Segundo o Art. XXVIII do GATT, os Membros podem decidir se engajar em rodadas de negociação visando a diminuição das tarifas de importação e a abertura dos mercados. Assim, durante o século XX foram realizadas oito rodadas de negociação, e hoje está em curso a Rodada de Doha, também chamada de Rodada do Desenvolvimento. A primeira Rodada ocorrida no âmbito do GATT foi a de Genebra, e ocorreu em 1947, com 23 participantes, e o tema coberto foi a questão tarifária. A segunda foi a de Annecy, que também abordava o tema tarifas, e contou com 13 participantes, sendo realizada no ano de 1949. A terceira, chamada de Torquay, ocorreu nos anos de 1950 a 1951, contou com 38 participantes e abordou o tema das tarifas. Nos anos de 1955 e 1956, aconteceu a Rodada de Genebra, que contou com 26 participantes e também abordou o tema das tarifas. A quinta Rodada, chamada de Dillon, contou com 26 participantes, abordou o mesmo tema das rodadas anteriores e ocorreu nos anos de 1960 e 1961. A Rodada Kennedy, que durou de 1964 a 1967, abarcou também o assunto anti-dumping, e contou com 62 participantes. A sétima rodada foi a Rodada de Tóquio, ocorrida entre os anos de 1973 e 1979, contou com 102 participantes e abordou os temas: Tarifas, Medidas não tarifárias, Cláusula de Habilitação. Por fim, a oitava e última rodada do século XX foi a Rodada do Uruguai, que durou de 1986 a 1993 e tratou das Tarifas, Agricultura, Serviços, Propriedade Intelectual, Medidas de Investimento, novo marco jurídico, e da OMC. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Rodadas de Negociações.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=369>>. Acessado em: 17 de outubro de 2015.

⁶⁵ WULK, [et al]. *op cit.*. Pág. 170.

⁶⁶ O dumping é a prática de exportar um produto a preço inferior ao praticado no mercado interno do país exportador com o objetivo de conquistar mercados ou dar vazão a excessos de produção. Essa prática é condenada pelo artigo VI do GATT (incorporado à OMC), caso seja responsável por prejudicar ou ameaçar o desenvolvimento da indústria doméstica do país que recebe as importações. A própria OMC regulamenta o uso de direitos antidumping – ou seja, a aplicação de uma taxa equivalente (ou inferior) à margem de dumping que venha a ser apurada nas importações. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. **Antidumping.** In: <<http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Antidumping>>. Acessado em: 03 de outubro de 2015.

⁶⁷ WULK [et al]. *op cit.*, pág. 170.

negociações de livre comércio foi mínima, se comparada com as demais nações.

Lançada em setembro de 1986, em Punta del Leste, a Rodada do Uruguai é a oitava rodada do contexto de negociações multilaterais e é fruto de quatro anos de discussões e preparação. Durou de 1986 a 1994 e seu desfecho foi a criação da Organização Mundial de Comércio⁶⁸.

Durante a Rodada houve a inclusão de novos temas por parte dos países desenvolvidos, como o comércio de serviços e a propriedade intelectual. Ao mesmo tempo, países subdesenvolvidos insistiram na discussão de questões tradicionais, como a agricultura, o setor têxtil e a proliferação de barreiras não-tarifárias. Houve também a pressão dos EUA para a reforma do GATT, e a inclusão de temas como a preservação de patentes da propriedade intelectual, principalmente com relação às indústrias farmacêuticas, de biotecnologia e cultural.

A Rodada do Uruguai está contextualizada no auge das ideias econômico-liberais⁶⁹, com o governo de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos⁷⁰. A onda de liberalização econômica, influenciada pelos Estados Unidos, forçou o estabelecimento de padrões mínimos de proteção à propriedade intelectual⁷¹.

Os Estados Unidos, através de seu escritório, o *United States Trade Representative* (USTR), manifestou-se contra o tratamento especial permitido aos países em desenvolvimento. Alegavam que além de não resolver o problema do subdesenvolvimento, o tratamento especial, possibilitado pela Convenção criava um enorme prejuízo aos empreendimentos norte-americanos, exportadores de novidades tecnológicas⁷².

⁶⁸ WULK [et al] *op cit*, pg 170.

⁶⁹ CARPES, Mariana Montez. **O Lugar da Ciência e da Tecnologia nas Relações Internacionais Contemporâneas: antigas e novas relações de poder**. Pág. 29. Disponível em:< http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9614/9614_3.PDF> Acessado em: 17 de outubro de 2015

⁷⁰ Os governos de Thatcher e de Reagan foram marcados pelo “neoliberalismo”, ou seja, por processos de desregulamentação e privatização. MORAES, Reginaldo C. **O legado de Margareth Thatcher**. In: *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v.10, n.2, p. 19-29, 2º sem. 2013.

⁷¹ WULK, [et al]. *op cit*, 2014.

⁷² GANDELMAN, Marisa. *op. cit.*, p. 242.

Os países em desenvolvimento, principalmente os da América Latina, encontravam-se em crises econômicas, favorecendo a propagação de ideologias favoráveis à liberalização do comércio, o seguimento das propostas do FMI e a liberalização do sistema financeiro internacional. A influência de países desenvolvidos se deu através de instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, além dos *lobbys* de grandes empresas europeias, americanas e japonesas⁷³.

A partir abril de 1986, os Estados Unidos passaram a adotar posicionamento em defesa da transferência do tema de propriedade intelectual da OMPI para o GATT. Além da ausência de capacidade coercitiva, a OMPI contava com um número muito maior de participantes nas deliberações, e o sistema de votação tornava irrealizável a superação de impasses. Além disso, no GATT haviam outros elementos de barganha como acesso à mercados e benefícios comerciais⁷⁴. A crescente importância econômica da propriedade intelectual, faz com que os interesses de companhias produtoras de patentes e *copyrights* tomassem dimensões globais. E para os países desenvolvidos, o foro do GATT poderia ser o meio de se alcançar melhores resultados.

De um lado, as multinacionais militavam pela modernização das normas internacionais, encorajando seus governos a apoiar a ideia. De outro, havia os países em desenvolvimento que defendiam a OMPI como foro adequado para a discussão do tema da propriedade intelectual. Enfatizavam também que a política de patentes deveria contar com certa flexibilidade e variar de acordo com o nível de desenvolvimento de cada país.

Foi formado o Grupo dos Dez⁷⁵ países em desenvolvimento do GATT, que se opunha à inserção da propriedade intelectual na agenda. Os países em desenvolvimento não manifestavam intenção de mudar de opinião, e por isso,

⁷³ WULK, [et al]. *op cit.*, 168.

⁷⁴ GANDELMAN, Marisa. *op. cit.*, p. 242-243.

⁷⁵ O G10 era formado por: Índia, Brasil, Argentina, Cuba, Egito, Nicarágua, Nigéria, Peru, Tanzânia e Iugoslávia. FERNANDES, [et al]. Caminhos da Cooperação entre Brasil e Índia na Área dos Medicamentos Genéricos: novas possibilidades no âmbito dos BRICS? In: BRICS Policy Center. Centro de Estudos e Pesquisas- BRICS. Pag. 4 Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5985/doc/134479105.pdf>>. Acessado em: 17 de novembro de 2015.

os Estados Unidos, através da USTR⁷⁶ e baseado na seção 301⁷⁷, iniciaram ações de sanção unilateral contra o Brasil e a Coréia do Sul. Era uma forma de demonstrar para o resto do mundo, as sanções que os países contrários à inclusão da propriedade intelectual no foro de discussões da Rodada do Uruguai, poderiam sofrer⁷⁸.

Restava aos países em desenvolvimento optar entre sofrer as sanções comerciais, ou aceitar incluir propriedade intelectual na agenda do GATT. Diante da perspectiva de mais sanções, houve a aceitação por parte dos países em desenvolvimento em incluir a propriedade intelectual na Rodada do Uruguai. No entanto, cabe frisar que ainda permanecia a divergência entre os países detentores e os consumidores de tecnologia.

O G-10 se opôs à discussão a respeito de patentes e segredos de comércio. Enquanto, os Estados Unidos insistiam na adoção de princípios como o da nação mais favorecida, do tratamento nacional, transparência e de padrões mínimos, além da universalidade do acordo e impossibilidade de reservas e exceções particulares, o G-10 defendia a flexibilização do Acordo. A Índia, representando o grupo dos países em desenvolvimento, argumentava a favor da exclusão de direitos de propriedade intelectual sobre produtos farmacêuticos, de alimentação e químicos. Defendia também o encurtamento dos períodos de proteção patentária e o licenciamento de patentes estrangeiras em condições especiais⁷⁹.

⁷⁶ *United States Trade Representative* – órgão norte-americano de representação dos interesses comerciais do país. OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; GERALDELLO, Camilla Silva. **O USTR e a Institucionalidade da Política Externa Comercial dos Estados Unidos**. In: 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. De 22 a 26 de julho de 2013. Pags 7 e 8. Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1367615710_ARQUIVO_USTR-4_EncontroABRIcomCapa_e_folha_de_rosto.pdf>. Acessado em: 17 de novembro de 2015.

⁷⁷ Parte da legislação comercial norte-americana que prevê a adoção de medidas comerciais coercitivas como instrumento unilateral de pressão para a abertura de mercados às exportações e investimentos externos norte-americanos. ARSLANIAN, Regis P. **O Recurso à Seção 301 da Legislação de Comércio Norte-Americana e a Aplicação de seus Dispositivos contra o Brasil**. In: XXVI Curso de Altos Estudos. Instituto Rio-Branco. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, Fevereiro de 1993. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/72-Recurso_a_Secao_301_da_Legislacao_de_Comercio_Norte-Ame_e_a_Apl_de_seus_Dispos_contra_o_Brasil_O.pdf>. Acessado em: 17 de novembro de 2015.

⁷⁸ GANDELMAN, Marisa. *op. cit.*, p. 247.

⁷⁹ *Ibid.* p. 245-250.

Apesar das discussões, em 1994, na cidade de Marrakesh, no Marrocos, que os acordos da Rodada do Uruguai foram concretizados. O principal resultado obtido na Rodada do Uruguai foi a criação da OMC⁸⁰, que tinha como objetivos assegurar o livre comércio, prover assistência aos países em desenvolvimento em questões de políticas comerciais, e ser um fórum de negociações e solução de litígios comerciais internacionais.

A OMC foi criada em janeiro de 1995, é considerada como o pilar do novo sistema internacional. Substituiu o GATT (criado em 1947) e visa a liberação do comércio de bens e serviços, através da derrubada das barreiras nacionais⁸¹.

O sistema GATT/OMC consolidou-se como único instrumento multilateral de regulamentação do comércio multilateral. Os objetivos do sistema, ao longo de suas cinco décadas de história, consistiram na liberalização do comércio através da remoção de barreiras comerciais nacionais⁸². É importante mencionar que a OMC consiste em uma organização dotada de personalidade internacional, ao passo que seu precursor, o GATT resumia-se à um acordo entre os países signatários. A OMC é formada por três grandes acordos constitutivos: o GATT, o GATS e o TRIPS.

Após a criação da OMC, a OMPI deixou de ser o principal espaço de discussão e negociação acerca da propriedade intelectual, voltando-se apenas para aspectos práticos da expansão do sistema internacional de propriedade industrial. A OMPI fixava normas gerais e mínimas, possibilitando que os países optassem por proteger ou não as patentes em áreas estratégicas, advogando portanto por uma proteção eficiente da propriedade intelectual. Já, no âmbito da OMC a propriedade intelectual deve ser garantida em consonância com o livre comércio, visando eliminar as barreiras não tarifárias e a proteção da propriedade privada no contexto internacional.

A negociação da Propriedade Intelectual no âmbito da OMC através da consolidação do TRIPS representou uma modificação substancial no tratamento nacional dado ao assunto. Antes das negociações que acabaram

⁸⁰ WULK, [et al], *op cit.*, pág. 166.

⁸¹ GANDELMAN, Marisa. *Op cit.*, págs. 259-261.

⁸² DUPAS, Gilberto. **Propriedade Intelectual: tensões entre a lógica do capital e os interesses sociais.** Pág. 23. In: VILLARES, Fábio (org.) *Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade.* São Paulo: Paz e Terra, 2007.

por firmar o Acordo TRIPS, os países desenvolvidos pressionaram os países em desenvolvimento para que discutissem um tratado complementar à Convenção de Paris. No entanto, diante da recusa dos países em desenvolvimento em discutir tal adendo à Convenção de Paris, os países detentores de tecnologia levaram a discussão sobre as patentes ao âmbito do GATT⁸³.

A capacidade de coação dos países desenvolvidos nas negociações internacionais é validada pelo emponderamento da OMC em relação à OMPI na formulação da legislação internacional de propriedade intelectual. As mudanças políticas produzidas fazem da exportação comercial de produtos tecnológicos acabados os substitutos da transferência tecnológica ou da capacitação de mão-de-obra⁸⁴. As obrigações dos países em desenvolvimento aumentaram de forma drástica no sistema multilateral, já que as flexibilidades permitidas com relação às políticas internas, tanto comerciais quanto industriais, foram substancialmente reduzidas. Uma das principais áreas afetadas foi a de propriedade intelectual, especialmente após 1994 com o Acordo TRIPS.

3.2.2 O Acordo TRIPS

O Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio da Propriedade Intelectual (TRIPS⁸⁵) ampliou significativamente a proteção dos direitos de propriedade intelectual. O Acordo, que estabeleceu um novo nível mínimo de proteção, afetou particularmente os países em desenvolvimento e vinculou a propriedade intelectual ao comércio internacional de modo indissociável. É um dos três tratados multilaterais⁸⁶ que estruturam o Acordo constitutivo da OMC,

⁸³ GANDELMAN, Marisa. *Op. cit.* pág. 249, 2004.

⁸⁴ SENHORAS, Elói Martins. **Introdução aos Direitos de Propriedade Intelectual nas Relações Internacionais**. IN: INTELLECTOR, ano III, v. IV, nº 7, julho/dezembro, 2008, Rio de Janeiro.

⁸⁵ *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*, em português: Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

⁸⁶ VARELLA, Marcelo Dias; MARINHO, Maria Edelvacy Pinto. *Op. cit.* p. 490, 2005.

já que a assinatura dos países nestes tratados é obrigatória para um Estado ser considerado membro da Organização Mundial de Comércio.

Para os países em desenvolvimento, a inserção das cláusulas de propriedade intelectual no âmbito do GATT constituiu meio de coação dos países desenvolvidos sobre os países dependentes de tecnologia. Não havia a opção de não aderir ao TRIPS, já que a sua adesão fazia parte do conjunto obrigatório de acordos a serem aceitos, sem possibilidade de reservas para o ingresso na OMC⁸⁷.

O Acordo TRIPS foi obtido no final da Rodada do Uruguai em 1994, e consolidou a tendência de uniformização internacional da proteção dos direitos de propriedade em geral, e em especial, da propriedade do conhecimento. Como parte do sistema OMC, o TRIPS herda os princípios do tratamento nacional⁸⁸ e da nação mais favorecida⁸⁹ do antigo GATT⁹⁰. Foram pouquíssimas as alterações do texto aprovado com relação ao texto original, e houve a combinação das principais normas que já existiam desde as Convenções de Berna e Paris, a um forte sistema de padronização internacional.

As categorias abarcadas pelo TRIPS são: direitos de cópia e derivados, marcas, indicação geográfica, design industrial, patentes, circuitos integrados e segredos comerciais⁹¹. O Acordo também dispunha sobre o dever de cada Estado prover padrões mínimos de proteção aos direitos de propriedade intelectual, a obrigatoriedade de garantir o cumprimento das leis sobre o

⁸⁷ VARELLA, Marcelo Dias; MARINHO, Maria Edelvacy Pinto. *Op. cit.*, p. 490, 2005

⁸⁸ O princípio do tratamento nacional dispõe que os produtos importados não devem sofrer discriminação com relação aos produtos nacionais. CARNEIRO, Paloma Torres. **Organização Mundial do Comércio: histórico, estrutura e problemática entre os países do norte e do sul.** Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10319&revista_caderno=16>. Acessado em: 17 de novembro de 2015.

⁸⁹ De acordo com o princípio da nação mais favorecida, cada parte contratante é obrigada a conceder o mesmo tratamento tarifário a todas as demais partes contratantes. Qualquer vantagem ou privilégio, relacionados às importações ou exportações, deverão, imediatamente, ser estendidos às demais partes contratantes. É, em síntese, o princípio da não discriminação entre as nações. CARNEIRO, idem, 2015.

⁹⁰ BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à Propriedade Intelectual.** Lumen Juris, 2010.

⁹¹ WULK, [et al]. *op cit.* pág. 179.

assunto e também a sujeição de conflitos sobre a propriedade intelectual entre Estados membros ao Sistema de Solução de Controvérsias da OMC.

A possibilidade de não ser alvo de sanções unilaterais foi um fator importante na aceitação do TRIPS⁹². O Acordo selou a estreita relação entre propriedade intelectual e comércio, e não autorizava mais que patentes não fossem concedidas em prol do desenvolvimento⁹³.

Ao estabelecer um novo nível mínimo de proteção, o TRIPS afetou particularmente os países em desenvolvimento, que, até então, dispunham de níveis de proteção relativamente baixos. Segundo SENHORAS⁹⁴ “O TRIPS estabeleceu os padrões mínimos de proteção com respeito a todas as formas de propriedade intelectual, definindo o assunto a ser protegido, os direitos a serem conferidos e a exceção permissível para esses direitos”. Os países signatários passaram a ter pouca flexibilidade na elaboração de seus direitos de propriedade intelectual nacionais.

Houve o condicionamento da criação de leis nacionais à obediência ou exigência dos direitos assegurados no Acordo. Os países signatários comprometeram-se à estabelecer o padrão mínimo de proteção constante no Acordo, no entanto, eram livres para prever formas ainda mais restritivas de direitos⁹⁵.

O Acordo TRIPS possui três aspectos principais⁹⁶: estabelece um padrão mínimo de proteção; estipula medidas coercitivas, que devem estar presentes nas legislações nacionais para garantir a observância dos direitos de propriedade intelectual; e a sujeição dos conflitos dos países-membros às regras e procedimentos da OMC.

O Acordo foi assinado em 1994, mas suas provisões entraram em vigor no início de 1996. Dentre o que fora posto, havia a previsão de tratamento especial para os países em desenvolvimento com relação ao prazo para a sua

⁹² GANDELMAN, Marisa, *op cit.*, pág., 248.

⁹³ VARELLA, Marcelo Dias; MARINHO, Maria Edelvacy, *op cit.*, pág. 489.

⁹⁴ SENHORAS, Elói Martins. **Introdução aos Direitos de Propriedade Intelectual nas Relações Internacionais**. In: INTELLECTOR, ano III, volume IV, nº 7, pg. 10, julho/dezembro 2007, Rio de Janeiro

⁹⁵ VARELLA, Marcelo Dias; MARINHO, Maria Edelvacy, *op cit.*, pág. 490.

⁹⁶ GANDELMAN, Marisa. *op Cit.*, p. 262-263.

implementação. Enquanto os países desenvolvidos deveriam implementar o TRIPS em sua totalidade já em janeiro de 1996, países em desenvolvimento e economias em transição⁹⁷ deveriam implementá-las até janeiro de 2000, e países com menor desenvolvimento até janeiro de 2001⁹⁸. Concedeu-se um prazo de cinco anos adicionais⁹⁹, caso não houvesse a proteção patentária de produtos dos setores como de alimentos, químicos ou farmacêuticos, nos países em desenvolvimento, em janeiro de 1995.

As obrigações criadas pelo acordo devem ser aplicadas igualmente a todos os países-membros, mas os países em desenvolvimento devem ter um prazo mais longo para se adaptar a elas. Durante o período de transição, são válidos acordos especiais para os países que não dispõem, por exemplo, de proteção legal às patentes de produtos farmacêuticos. Porém, é importante frisar que essa é uma exceção que não atua sobre princípios e normas, mas sim sobre regras e procedimentos, uma vez que não diz respeito à definição de direitos e obrigações, mas apenas concede prazo mais amplo aos países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento que assim expressamente solicitarem, para a adaptação de seu sistema nacional à aplicação das medidas coercitivas e aos mecanismos de solução de conflitos. (GANDELMAN, p. 263, 2004)

Apesar da possibilidade de concessão de prazos maiores para países em desenvolvimento, as flexibilidades nacionais foram substancialmente reduzidas. Os países-membros perderam a liberdade de adotar um arcabouço legislativo que favorecesse o seu desenvolvimento tecnológico. Durante a vigência da Convenção da União de Paris os estados signatários poderiam moldar suas legislações nacionais em conformidade com o desenvolvimento nacional de determinados setores tecnológicos. O reconhecimento de patentes ocorria tão somente quando o país era suficientemente competitivo para disputar o comércio internacional¹⁰⁰.

⁹⁷ As economias em transição são características de países que deixaram a economia planificada e estão migrando para uma economia de mercado livre. No contexto do Acordo TRIPS são aquelas presentes em ex-economias socialistas. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A Economia Política da Transição na China e o Colapso da União Soviética**. Pag. 2. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto0605.pdf>>. Acessado em: 15 de novembro de 2015.

⁹⁸ SENHORAS, Elói Martins. *op Cit.* pág.10.

⁹⁹ Ampliou-se o prazo até janeiro de 2005. *Ibid.*, pag 10.

¹⁰⁰ CHAVES, Gabriela Costa. **O Processo de Implementação do Acordo TRIPS da OMC em países da América Latina e Caribe: análise das legislações de propriedade industrial sob a ótica da saúde pública**. Junho de 2005, Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz.

3.2.2.1. Implicações do Acordo TRIPS

O Acordo TRIPS incorporou as principais normas existentes desde as Convenções de Berna e de Paris à um forte sistema de padronização e aplicabilidade dos Direitos de Propriedade Intelectual. Como dito anteriormente, as legislações nacionais tiveram de deixar de lado suas particularidades e adequar-se ao novo padrão posto. Os princípios basilares do TRIPS são¹⁰¹: a impossibilidade dos estados-membros fazerem reservas, devendo integrar a totalidade do acordo; o princípio do tratamento nacional; o princípio da transparência, devendo os países-signatários tornarem públicas as suas legislações; o princípio da cooperação internacional, através da cooperação técnica e financeira aos países em desenvolvimento; e o princípio da exaustão, ou seja, os direitos de propriedade intelectual se esgotam com a primeira venda.

Os principais demandantes da Rodada do Uruguai tiveram no Acordo TRIPS uma vitória já que vincularam a propriedade intelectual ao comércio, tornaram obrigatória a sua adesão para todos os integrantes da OMC, criaram a possibilidade de impor sanções efetivas contra eventuais infratores e levaram as disputas sobre o assunto aos mecanismos de solução de controvérsias da OMC, e por fim, ampliaram de modo efetivo e homogeneizaram os padrões mínimos de proteção¹⁰².

Apesar de países em desenvolvimento e os menos desenvolvidos contarem com prazos de cinco e dez anos, respectivamente, para adotar o acordo a contar da sua entrada em vigor, tal período de tempo não pode ser considerado suficiente para promover a industrialização de um Estado, nem para serem criadas estruturas que dessem efetividade às normas internacionais¹⁰³. Além disso, agravou-se o abismo tecnológico existente entre as nações. Isso porque, até a adoção do TRIPS o desenvolvimento de

Disponível em: <<http://arca.icict.fiocruz.br/bitstream/icict/4807/2/696.pdf>>. Acessado em: 06 de outubro de 2015.

¹⁰¹ VARELLA, Marcelo Dias; MARINHO, Maria Edelvacy. *op. cit.* pág., 490-491.

¹⁰² JAGUARIBE, Roberto; BRANDELLI, Otávio. **Propriedade Intelectual- Espaço para os países em desenvolvimento.** Disponível em: <http://fido.rockymedia.net/anthro/pi_espaco_para_os_paises_em_desenvolvimento_jaguaribe_brandelli.pdf>. Acessado em: 06 de outubro de 2015.

¹⁰³ VARELLA, Marcelo Dias; MARINHO, Maria Edelvacy, *op cit.*, pág. 495.

indústrias de cópias, uso de imitações ou de engenharia reversa como processo de aprendizagem tecnológica eram comumente usados pelos países para garantir o acesso da população a bens essenciais, como os medicamentos.

O cenário pós-TRIPS caracteriza-se pela emergência de um conjunto de novos elementos e estratégias que impõe barreiras ao desenvolvimento de inovações substanciais, afastando o necessário equilíbrio entre os incentivos à inovação e o interesse público. A capacidade tecnológica de cada país é singular, e por isso o estabelecimento do nível de proteção da propriedade intelectual deveria ser feito atentando-se às particularidades de cada país.

É importante frisar que além do TRIPS, existem inúmeros acordos regionais e bilaterais que dispõem sobre a propriedade intelectual. Acordos Regionais de Comércio como NAFTA, MERCOSUL e Comunidade Andina, dedicam-se, em parte, a regular a matéria. Além disso, os acordos bilaterais (que não diminuíram após o TRIPS) também são meio de regular a propriedade intelectual. No contexto bilateral, muitos desses acordos reproduzem os níveis de proteção já existentes no mundo industrializado, e muitas vezes até ultrapassam os níveis já estabelecidos no âmbito multilateral e regional¹⁰⁴. Alguns anulam algumas das flexibilidades previstas no Acordo TRIPS¹⁰⁵, enfatizando que, o poder de negociação dos países em desenvolvimento, que já não é amplo no contexto multilateral, é muito menor no âmbito bilateral.

Para FIANI¹⁰⁶ o TRIPS é fortemente assimétrico, na medida em que adota uma abordagem universal. O fato de o Acordo não reconhecer a necessidade de tratamento diferenciado e mais favorável aos países menos desenvolvidos atesta o entendimento do autor. O GATT e a OMC tem o princípio do tratamento diferenciado como fundamental em sua constituição. No entanto, o mesmo princípio não foi estendido ao TRIPS, já que este não possui

¹⁰⁴ GUISE, Monica Steffen. **Propriedade Intelectual no Mundo Contemporâneo: Fomento ao Desenvolvimento?** Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/propried_intelectual_monica_steffe_n_guise.pdf>. Acessado em: 07 de outubro de 2015.

¹⁰⁵ Caso do acordo de livre-comércio firmando entre os EUA e Singapura, que proibiu a licença compulsória, além de trazer disposição que determina que as partes apenas podem excluir da patenteabilidade as invenções especificadas nos Artigos 27.2 e 27.3 do TRIPS. *Idem*.

¹⁰⁶ FIANI, Ronaldo. **A tendência à harmonização internacional de proteção de patentes e seus problemas.** In: Revista de Economia Política, vol.29, nº 3 (115), pp.173-190, julho-setembro/2009.

diferenças significativas nas regras aplicadas aos países desenvolvidos e aos em desenvolvimento. Não foram reconhecidas, portanto, as diferenças nos processos de desenvolvimento dos países. Por exemplo, o licenciamento compulsório¹⁰⁷, que é um meio de os países em desenvolvimento reduzirem alguns dos custos do sistema de patentes, foi aceito apenas mediante possibilidades taxativas e limitadas: uso público não comercial, emergência nacional ou extrema urgência.

O TRIPS representa uma mudança de regime internacional. Primeiramente, porque leva o tema da propriedade intelectual ao foro de discussões sobre comércio e estabelece mecanismos de sanção. Em segundo lugar, porque seus membros estão comprometidos com o propósito do livre comércio, e não mais os de estímulo à ciência, à tecnologia e as artes¹⁰⁸.

Na nova lógica do poder mundial o componente estratégico fundamental é o controle da tecnologia de ponta¹⁰⁹. A propriedade intelectual vai além das chamadas “tecnologias duras”, pois os produtos valem não mais pela sua utilidade objetiva, mas sim por seu valor simbólico, estético e cultural. A capacidade de agregar valor, criando um objeto de desejo, e projetando na marca um valor simbólico passam a ser a nova realidade do comércio internacional.

As mudanças tecnológicas estão relacionadas às mudanças nos sistemas legais. Tais sistemas moldam as instituições nacionais e internacionais, criando um processo de co-evolução com a inovação tecnológica¹¹⁰. O Acordo TRIPS conta com excesso de proteção à propriedade

¹⁰⁷ “Conceitualmente, o licenciamento compulsório consiste no poder de governos obrigarem, em situações excepcionais, que companhias titulares de patentes forneçam segredos industriais ao poder público (ou a outras empresas) por prazos temporários”. MARTINS, Eliane M. Octaviano. **Direito Internacional Sanitário: A licença compulsória de medicamentos usados no combate ao vírus HIV/AIDS**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6841. Acessado em: 01 de novembro de 2015.

¹⁰⁸ GANDELMAN, Marisa. *op. cit.*, p. 264.

¹⁰⁹ DUPAS, Gilberto. *op cit.*

¹¹⁰ ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. Propriedade Intelectual e estratégias para o desenvolvimento. In: VILLARES, Fábio (org.). **Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

intelectual, e isso afeta sobremaneira o desenvolvimento tecnológico dos países.

O atual regime de proteção à propriedade intelectual tem sido cada vez mais questionado e criticado. Muitos o entendem como um entrave à liberdade de dispor dos recursos intangíveis da cultura como um todo, sendo também um empecilho ao próprio desenvolvimento tecnológico das nações.

Em tese, a propriedade intelectual é outorgada como um monopólio temporário para que o conhecimento tecnológico oriundo da inovação se torne público e circule livremente gerando novas inovações. No entanto, os benefícios que a sociedade obtém desse monopólio nem sempre são claros. A acessibilidade ao conhecimento tem diminuído com as novas e mais rígidas regras sobre a propriedade intelectual. Conhecimentos que antes estavam em domínio público tem sido privatizados e patenteados¹¹¹.

Entender a nova lógica do sistema internacional e os recursos de poder existentes no sistema são de suma importância para uma análise crítica do instituto da propriedade intelectual. No próximo capítulo será abordado como a propriedade intelectual tem ocupado espaço cada vez maior nas agendas internacionais. Também será analisado como a capacidade científica e tecnológica das nações tem sido utilizadas como recurso de poder na esfera internacional, e o porquê os países detentores de tecnologia defendem tanto o recrudescimento da normativa internacional sobre o assunto, ao passo que os em desenvolvimento sustentam a necessidade de maiores flexibilidades.

¹¹¹ QUIJANO, José Manuel. Inovação e Estratégias para o desenvolvimento. In: VILLARES, Fábio (org.). **Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

4. A NOVA LÓGICA DO SISTEMA INTERNACIONAL E OS RECURSOS DE PODER

O estabelecimento de padrões internacionais mais rigorosos de proteção baseia-se, sobretudo, na ideia de que haveria um impacto positivo na inovação, promovendo a criatividade e inovação em escala global¹¹².

O Acordo TRIPS é resultado final de uma ação concertada do “movimento pró-patente”, capitaneado pelos EUA ao longo da década de 80. Apesar de o instituto da propriedade intelectual ser conhecido em culturas antigas e ter sido desenvolvido na Idade Média, nas últimas décadas a pressão para a expansão de fronteiras e fortalecimento dos direitos disponíveis para os produtores de conhecimento tem aumentado.

A dinâmica capitalista vindica um constante estado de inovação, promovendo aquilo que SCHUMPETER¹¹³ chamava de “destruição criativa”. Isto é, cada nova tecnologia destrói o valor das anteriores, criando novos e maiores valores e garantindo assim o crescimento econômico. O progresso técnico-científico tornou-se, portanto, uma fonte independente de mais valia, e um importante recurso de poder para as nações e demais atores globais. A pressão pela internacionalização das normas de propriedade intelectual deve ser analisada sob a ótica da lógica de poder nas relações internacionais.

4.1 Propriedade Intelectual como Recurso de Poder

A globalização aumentou as redes mundiais de interdependência, tornou as fronteiras nacionais mais permeáveis (mas não irrelevantes) e em muitos aspectos agravou as lacunas entre os ricos e pobres. Possui várias dimensões:

¹¹² CORREA, Carlos M. Aperfeiçoando a Eficiência Econômica e a Equidade pela Criação de Leis de Propriedade Intelectual. In: VARELLA, Marcelo Dias (Organizador e Co-autor). **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento**. São Paulo: Lex Editora, 2005.

¹¹³ cf. SCHUMPETER, Joseph. apud. DUPAS, Gilberto. **Propriedade Intelectual: tensões entre a lógica do capital e interesses sociais**. In: VILLARES, Fábio (org.) **Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

ambiental, militar, econômica, social, política, dentre outras. Como dito anteriormente, a globalização não é um fenômeno recente, mas conforme NYE JR.¹¹⁴ “a sua modalidade contemporânea é mais rápida e intensa”, e tem sido acompanhada de uma incerteza constante.

Com a globalização há a tendência dos Estados buscarem a cooperação intergovernamental para resolver problemas de natureza transnacional, como é o caso da propriedade intelectual¹¹⁵. No entanto, os Estados não são mais os únicos atores na relações internacionais. Neste novo contexto houve o fomento do crescimento e internacionalização das grandes empresas, de modo que mesmo que as Empresas Multinacionais não participem de negociações de rodadas intergovernamentais, como foi o caso das Rodadas do GATT, seus interesses são resguardados, e indiretamente seu poder é fortalecido. Isso porque, tais empresas tem seu poder estrutural associado à sua importância relativa nas economias nacionais, já que estas são, em maior ou menor grau, dependentes do capital.

O controle da tecnologia de ponta é o componente estratégico fundamental na nova dinâmica internacional de poder. A propriedade do conhecimento representa poder, seja ele o de adquirir ou negar acesso ao conhecimento, ou o de controlar os canais pelos quais esse conhecimento é comunicado. GANDELMAN¹¹⁶ enfatiza que aquele que detém a posse do conhecimento, possui poder estrutural, e na relação entre autoridade e mercado, possui a capacidade de mudar o âmbito das escolhas oferecidas.

O conhecimento pode ser encarado sob duas perspectivas. Primeiramente como bem público, sendo resultado dos constantes movimentos de relações sociais acumuladas por séculos de história. Em segundo lugar, como instrumento de dominação, conferindo status social e autoridade à aquele

¹¹⁴ NYE Jr, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais. Uma leitura essencial para entender as questões da política mundial**. Tradução: Henrique Amat Rêgo Monteiro. Pág. 247. São Paulo: Editora Gente, 2009.

¹¹⁵ SARFATI, Gilberto. O poder estrutural e o poder brando das empresas Multinacionais. In: **Revista de Economia & Relações Internacionais**. volume 7/ número 13/ julho de 2008.

¹¹⁶ GANDELMAN, Marisa. *op cit.*, pág. 278-283.

que o compilou, organizou e interpretou, fazendo-o adquirir um sentido compreendido e aceito pela sociedade.

A propriedade do conhecimento caracteriza-se, portanto, como recurso de poder. Isso porque, aquele que detém tal poder estrutural atua sobre a dinâmica dos relacionamentos da economia política, definindo o âmbito das escolhas oferecidas e o ambiente em que tais escolhas serão tomadas, de modo que quanto mais tempo a difusão da nova tecnologia demorar tanto maior será a vantagem comparativa de seu possuidor, seja ele uma empresa ou um Estado.

NYE JR¹¹⁷ define o poder como recursos e como resultados comportamentais. Como recursos, o poder consistiria na utilização de recursos para formular estratégias de conversão e alcançar os resultados pretendidos, como é o caso do poder brando. Como resultados comportamentais é através da capacidade de afetar os outros em relação a algum ponto para alcançar os resultados preferidos, como por exemplo as sanções comerciais. O poder brando está associado à fatores intangíveis como instituições, ideias, valores, cultura e a legitimidade percebida das políticas.

Aqui é importante rememorar a clássica divisão do poder em *hard power*¹¹⁸ e *soft power*¹¹⁹ no âmbito das relações internacionais. O primeiro, traduzido como poder duro, caracteriza-se pelas intervenções militares e o uso de recursos econômicos para coagir ou induzir os demais atores internacionais a agirem de modo que se obtenha o resultado pretendido. Seria, portanto, a capacidade de converter recursos em estratégias de modulação de comportamentos. Já o *soft power*, ou poder brando, atua sobre as percepções do sujeito, incluindo muitas vezes fatores intangíveis como instituições, ideias, valores, cultura e a legitimidade compreendida, de forma que o sujeito seria influenciado de forma amigável a agir conforme os interesses do detentor do poder brando.

¹¹⁷ NYE JR. Joseph S. **O futuro do poder**. Tradução: Magda Lopes. Pg. 31. Benvirá, 2012.

¹¹⁸ Poder duro (tradução livre)

¹¹⁹ Poder brando (tradução livre)

Com a Revolução Técnico-Científica a ciência foi incorporada definitivamente ao processo produtivo. Consequentemente, a produção e detenção do conhecimento científico passou a ser forma de diferenciação entre os países, classificando-os em grupos de detentores e não-detentores deste recurso de poder¹²⁰. Assim, o avanço tecnológico, pode ser encarado como recurso de poder brando, uma vez que há o interesse em sua difusão controlada, de modo a não contemplar áreas sensíveis e estratégicas, para assim, modular a dinâmica relacional de acordo com interesses do ator detentor de tecnologia. O alto grau de interdependência e a competitividade mundial, ressaltam ainda mais a importância da ciência e do aspecto tecnológico nas relações internacionais.

A tecnologia passa a ser um elemento de diferenciação e vantagem, do grupo ou país perante os demais. Daí, o interesse em retardar a sua popularização, já que a vantagem competitiva inicial declina na medida em que os competidores tem acesso à inovação produzida. Apesar desse interesse em deter a difusão tecnológica, há o interesse das empresas produtoras de tecnologia em venderem seus produtos a uma margem sempre crescente de clientes. Constata-se, portanto, a relevância do papel do Estado como ator fundamental nas relações internacionais e também de atores não-estatais, como é o caso das empresas privadas, já que ambos possuem interesses na ampliação de mercados e investimentos em tecnologia¹²¹.

As multinacionais fazem com que seu interesse prevaleça pela via indireta, ou seja, influenciando a decisão dos Estados. Tal influência ocorre através da modificação de interesses e modulação das preferências estatais, de modo que os interesses das empresas multinacionais possam ser levadas em conta pelos Estados, e se possível, sejam coincidentes com os interesses destes. A EMN (empresa multinacional) pode atuar através de duas formas de poder nas relações econômicas internacionais: o poder estrutural e o poder brando¹²².

¹²⁰ CARPES, Mariana Montez. *op cit.*, pág. 23, 2015.

¹²¹ *Ibid.* pg. 38.

¹²² SARFATI, Gilberto. *op cit*, pag. 1.

O primeiro está associado à importância relativa da empresa nas economias nacionais, atuando através da vulnerabilidade (disponibilidade e custo, as alternativas que o país possui em relação à empresa) e da sensibilidade (grau de resposta à uma política, relacionado também às estratégias de entrada e saída de uma EMN de um país). Já o poder brando refere-se à imagem da empresa e sua relação com as comunidades epistêmicas, é a capacidade de cooptar os Estados por meio de mecanismos de atração e sedução. Quanto maior o poder brando da empresa, maior será sua legitimidade frente ao Estado.

A utilização do poder estrutural e do poder brando pela empresa multinacional, a torna uma *player* global, uma vez que possui ampla capacidade de moldar o comportamento dos Estados conforme os seus interesses. Assim, não é mais possível entender as relações internacionais como sendo um espaço de diálogo apenas no âmbito intergovernamental. Há um número crescente de atores internacionais, que apesar de não estarem diretamente representados nas mesas de negociação, são os grandes *players*¹²³, uma vez que moldam o comportamento de atores tradicionais aos seus interesses.

A sociedade informacional¹²⁴, fruto da Revolução Técnico-Científica, transforma a informação em um bem econômico, de forma que pode ser consumida ou capitalizada. A manutenção da capacidade competitiva depende, fundamentalmente, do avanço tecnológico e das inovações. Assume, portanto, grande relevância, na medida em que incide nas relações entre os atores estatais, já que há a percepção de que a detenção de conhecimento é um forte recurso de poder. O recrudescimento da proteção à propriedade intelectual é resultado dos interesses em jogo no plano internacional. O conceito de Revolução Técnico-científica reforça a ideia da interdependência entre o

¹²⁴ A sociedade informacional emerge de um processo de transformação de base capitalista e também de base informacional. Teria a Internet como seu símbolo, não representando apenas uma tecnologia da informação, mas sim, ferramenta fundamental para a produção e difusão da informação. Seria um tipo específico de organização social em que a geração, o conhecimento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e de poder, caracterizando-se, portanto, como uma “Sociedade em Rede”. Castells, Manuel. (1999). **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 3. São Paulo: Paz e terra.

contexto sócio-político-econômico-jurídico e o desenvolvimento tecnológico de uma nação¹²⁵.

SUSAN STRANGE¹²⁶ afirma que as relações internacionais são caracterizadas pelas relações entre poder e interesses, de modo que estes moldam o comportamento dos Estados no Sistema Internacional. Segundo a autora, a estrutura da economia política seria influenciada pelo poder estrutural e pelo poder relacional. Este seria a capacidade de um ator modular o comportamento dos outros atores internacionais, conforme os seus próprios interesses. Já o poder estrutural refere-se à capacidade de delinear as estruturas da política econômica global, ditando a agenda internacional em conformidade com seus interesses.

O poder estrutural seria composto de quatro faces, ou estruturas correlacionadas: segurança, financeira, de produção e de conhecimento. STRANGE¹²⁷ afirma que não há necessariamente hierarquia entre tais estruturas, e que é comum aos quatro tipos de poder a capacidade que seu possuidor tem de determinar as opções e comportamentos dos outros *players*.

A tecnologia seria a expressão de uma das quatro estruturas de poder da economia política contemporânea, estando inserida na estrutura do conhecimento. Tal estrutura pode ser definida pela capacidade de negar ou controlar acesso à essa fonte de poder¹²⁸, sendo constituída pelo conjunto de normas, crenças e valores de uma sociedade.

¹²⁵ WACHOWICZ, Marcos. **A proteção jurídica das bases de dados em face da revolução da tecnologia da informação.** Disponível em: <<http://www.gedai.com.br/sites/default/files/arquivos/artigo-base-dados-marcos-wachowicz.pdf>>. Acessado em: 15 de novembro de 2015.

¹²⁶ STRANGE, Susan. STRANGE, Susan. "Cave! Hic Dragones: A Critique of Regime Analysis". In KRASNER, Stephen (ed.). **International Regimes**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1983.

¹²⁷ STRANGE, Susan. **States and Markets**. London and New York: Pinter, 1988.

¹²⁸ CARPES, Mariana Montez. *op cit.*, págs. 43-44.

KEOHANE E NYE¹²⁹ analisam a tendência de modificação das fontes de poder nas relações internacionais:

A revolução da informação também está afetando o poder medido em termos de recursos, em vez de comportamento. No século XVIII o balanço europeu de poder, território, população e agricultura, forneceu a base para a infantaria, e a França foi a principal beneficiária. No século XIX, a capacidade industrial proveu os recursos que possibilitaram a Grã-Bretanha e, mais tarde, a Alemanha ganhar uma posição dominante. Em meados do século XX, a ciência e particularmente a física nuclear contribuíram crucialmente para os recursos dos Estados Unidos e União Soviética. No próximo século, é provável que a tecnologia da informação, em sentido lato, seja a fonte de poder mais importante. (KEOHANE; NYE JR. 1998¹³⁰)

Em um contexto de interdependência complexa¹³¹ existem múltiplos canais conectando as sociedades, influenciando o processo de decisão, e restringindo a autonomia dos atores internacionais, na medida em que o resultado das negociações é fruto do processo de barganha entre tais atores. Nesse novo contexto de interdependência, existem novas fontes de poder, onde o poder militar é apenas mais um elemento no processo de barganha. O plano de fundo político, através de regras, procedimentos e regimes internacionais ganham peso, e passam a influenciar a conduta dos atores.

A ampliação conceito de propriedade na normativa internacional contemporânea sobre a propriedade intelectual faz com que um número cada vez maior de bens e serviços seja considerado propriedade privada. As situações nas quais um indivíduo tem o seu acesso a bens e serviços limitados

¹²⁹ KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. **Power and Interdependence in the Information Age**. In: ESSAY, September/October 1998.

¹³⁰ Tradução livre para: The information revolution is also affecting power measured in terms of resources rather than behavior. In the eighteenth-century European balance of power, territory, population, and agriculture provided the basis for infantry, and France was a principal beneficiary. In the nineteenth-century, industrial capacity provided the resources that enabled the Britain and, later, Germany to gain dominance. By the mid-twentieth century, science and particularly nuclear physics contributed crucial power resources to the United States and the Soviet Union. In the next century, information technology, broadly defined, is likely to be the most important power resource. KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. **Power and Interdependence in the Information Age**. In: ESSAY, September/October 1998.

¹³¹ Conceito inicialmente formulado por Keohane e Nye pelo qual, entende-se que apesar de a interdependência implicar em situações de dependência mútua, não há equilíbrio entre as partes. As inúmeras variáveis existentes nos contextos nacionais e internacionais implicariam em um constante estado de desequilíbrio, onde o processo de barganha passa a ter relevância. KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. **Power and interdependence**. 3. ed. New York: Longman, 2001.

pelo direito de propriedade também aumenta. Tal cenário garante a manutenção da ordem liberal que privilegia a eficiência, não se preocupando com os problemas de distribuição¹³². Por detrás desse quadro estariam os interesses de atores, como é o caso das grandes empresas produtoras de tecnologia, em maximizar seus crescentes lucros, controlando quem tem acesso ao conhecimento e quem não o tem.

A grande questão que se coloca é quem detém o conhecimento na atualidade? E como o monopólio da informação é legitimado? SUSAN STRANGE¹³³ afirma que na estrutura do conhecimento a autoridade deriva em grande medida da ciência, e o poder continua nas mãos dos grandes empreendimentos, das grandes companhias, que na realidade atuam como operadoras do sistema, sendo os Estados, os reguladores e árbitros do regime.

O monopólio da informação científica, tecnológica e comercial pode importar no controle sobre os fluxos econômicos internacionais, afetando a capacidade de desenvolvimento dos Estados, e sendo meio de manutenção de um *status quo* de desigualdade na divisão do patrimônio informacional do mundo¹³⁴.

A interdependência e a globalização econômica favoreceram a aceleração nos fluxos de comércio e investimento. Com a revolução tecnológica restou-se comprovado que as transações comerciais não são apenas de bens e serviços, mas também de conhecimentos e ideias¹³⁵. O crescimento da relevância dos produtos de alta tecnologia na balança comercial dos países, fez com que a propriedade intelectual e suas variáveis passassem a ser pauta constante na agenda internacional.

¹³² GANDELMAN, Marisa. *Op cit.*, págs. 216-217.

¹³³ STRANGE, Susan. *Op cit.*

¹³⁴ BARBOSA, Denis Borges. **Trips e a Experiência Brasileira**. In: VARELLA, Marcelo Dias (org.) Propriedade Intelectual e Desenvolvimento. Pág. 136. São Paulo: Lex Editora, 2005.

¹³⁵ CHRISTOVÃO, Daniela. **A proteção da propriedade intelectual: uma abordagem internacional**. pag.222-223 In: MELO, José Marques de; et al. (org). Sociedade de conhecimento: aportes latino-americanos. São Bernardo do Campo: UMESP: Cátedra Unesco para o Desenvolvimento Regional, 2005.

O reconhecimento da tecnologia como fonte de desenvolvimento tem sido crescente nas últimas décadas. O número de patentes registradas em um país é um dos principais indicadores do seu desenvolvimento tecnológico. Comumente, utiliza-se a justificativa de que quanto maior a regulamentação jurídica da propriedade intelectual, maior será a proteção à propriedade intelectual e maior será a transferência de tecnologia. Desse modo, havendo transferência tecnológica, haverá desenvolvimento em pesquisa e inovação do país que concedeu a patente, e com isso, haverá desenvolvimento econômico¹³⁶.

No entanto, questiona-se se as premissas utilizadas para justificar os sistemas internacionais de proteção à propriedade intelectual são válidas. Para responder tal questionamento, utilizaremos dados e informações coletados por organismos internacionais e faremos uma leitura crítica deles no próximo tópico.

4.2 A falibilidade do argumento de que proteção à propriedade intelectual invariavelmente conduz ao desenvolvimento

A Propriedade Intelectual consiste, na realidade, em um complexo de sistemas de proteção. Os direitos de propriedade intelectual são pautados na informação e conhecimento, possuindo como características: a não-exclusividade (não são suscetíveis de apropriação, podendo ser copiadas ou reproduzidas); cumulatividade (há dependência do estoque inicial de conhecimento); e não-rivalidade (o conhecimento não é destruído no ato de consumo).

Os países detentores de conhecimento afirmam que o recrudescimento do sistema de proteção à Propriedade Intelectual se justifica na medida em que promoveria a inovação e que esta seria condição fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico e social¹³⁷. Portanto, o principal argumento para

¹³⁶ GUISE, Mônica Steffen. **Propriedade Intelectual no Mundo Contemporâneo: Fomento ao desenvolvimento?** Pág. 4. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/propriedade-intelectual-no-mundo-contempor%C3%A2neo-fomento-ao-desenvolvimento>>. Acessado em: 02 de novembro de 2015.

¹³⁷ DUPAS, Gilberto. *Op cit.* Pág. 25.

o estabelecimento de altos padrões internacionais de proteção à propriedade intelectual, seria o impacto positivo sobre a criatividade e inovação em escala global.

Há uma constante pressão para que os países em desenvolvimento adotem as políticas previstas nas políticas de desenvolvimento internacional. Num quadro histórico recente, o Consenso de Washington¹³⁸ prescreveu uma série de boas políticas e boas instituições para os países atrasados economicamente, especificamente para os da América Latina. Políticas como a liberalização dos investimentos e comércio internacional, a privatização e a desregulamentação foram pontos frisados. Foram elencadas uma série de instituições determinantes do sucesso econômico de um país, como é o caso da democracia, o judiciário independente, o robustecimento da proteção à propriedade privada, dentre outros¹³⁹.

Com o Consenso de Washington, divulgou-se a ideia de que os países desenvolvidos obtiveram o sucesso econômico graças a políticas como a Lei de Patentes e os demais direitos de propriedade intelectual. A proteção dos direitos sobre os bens do conhecimento teria sido instrumento poderoso de desenvolvimento econômico na medida em que incentivaria à inovação, gerando novas tecnologias e promovendo a prosperidade nacional.

Os países em desenvolvimento também receberiam os benefícios, na medida em que haveriam maiores fluxos de tecnologia e investimentos direcionados à periferia tecnológica. As patentes concedem o monopólio industrial e tecnológico sobre um bem durante os 20 anos seguintes à sua concessão, depreendendo-se, portanto, que a relevância econômica e

¹³⁸ Realizado em novembro de 1989, em Washington D.C, cujo objetivo primário era o de promover uma reunião para avaliar as reformas econômicas implementadas na América Latina. Elaborou uma série de prescrições relativas à condução macroeconômica nos países latino-americanos, criando as dez regras de ajuste econômico, de caráter neoliberal. No entanto, cabe frisar que o Consenso de Washington não apresentou políticas novas, mas sim, registrou com aprovação, o grau de efetivação de políticas já recomendadas em diferentes momentos por diferentes agências. BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** 1994. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acessado em: 22 de outubro de 2015.

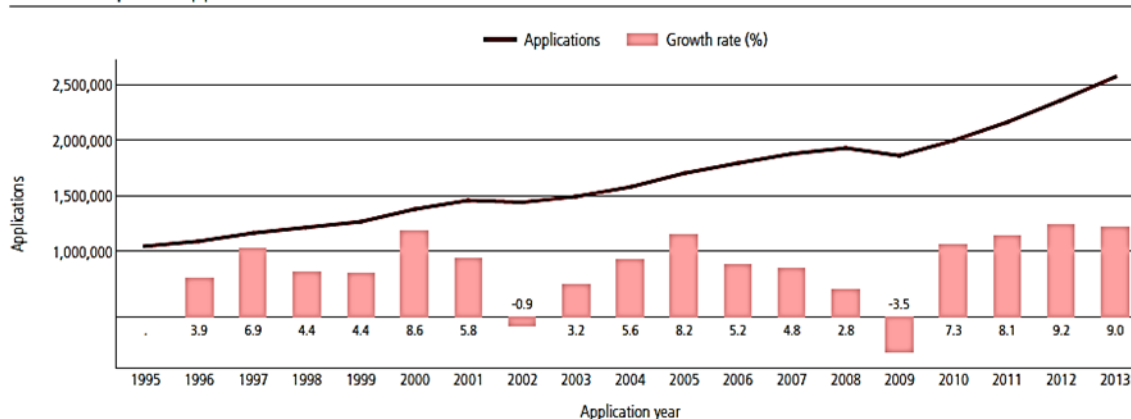
¹³⁹ CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. págs. 12-13 São Paulo: Editora UNESP, 2004.

industrial de um país durante duas décadas está intimamente relacionada com o número de patentes concedidas no presente¹⁴⁰.

Ao analisarmos os dados fornecidos pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual constatamos a tendência crescente dos pedidos de patentes ao longo de quase 20 anos. Neste período, houve um aumento de cerca de 150% nas aplicações de patentes ao redor do mundo. **Gráfico 1:**

Patent applications and grants worldwide

A1 Trend in patent applications worldwide



Note: WIPO estimates cover 139 patent offices and include direct applications and Patent Cooperation Treaty national phase entry data.

Source: WIPO statistics database, October 2014.

Fonte: Banco de dados estatísticos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual¹⁴¹

Cabe apontar que o período abrangido pelo gráfico acima anexado é o imediatamente posterior à celebração do Acordo TRIPS¹⁴². O aumento crescente das aplicações de patente ao redor do mundo, demonstra que o Acordo TRIPS ampliou significativamente a proteção aos direitos de propriedade intelectual, concedendo patentes para produtos e processos em todos os campos tecnológicos.

¹⁴⁰ QUIJANO, José Manuel. *op cit.* Págs. 198-199.

¹⁴¹ WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **World Intellectual Property Indicators**. In: Economics & Statistics Series. Pag.22, 2014.

¹⁴² O TRIPS foi negociado no final da Rodada Uruguai no Acordo Geral de Tarifas e Troca (GATT) em 1994. LAMPREIA, Luiz Felipe Palmeira. **Resultados da Rodada do Uruguai: uma tentativa de síntese**. In: Estud. av. vol.9 no.23 São Paulo Jan./Apr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000100016&script=sci_arttext>. Acessado em: 15 de novembro de 2015.

A matéria de Propriedade Intelectual tem sido discutida internacionalmente sob duas perspectivas. A primeira é favorável à ampliação e harmonização internacional dos direitos de propriedade intelectual, alegando que a concessão de direitos exclusivos aumenta a possibilidade de apropriação do conhecimento, podendo estimular o investimento em inovação. Assim, os foros multilaterais de proteção à tais direitos deveriam se preocupar com aspectos exclusivamente técnicos, não sendo influenciados por preocupações sociais, por exemplo.

Existem também aqueles que defendem a visão desenvolvimentista da Propriedade Intelectual, entendendo-a como instrumento de capacitação. Os que se filiam à tal perspectiva entendem que qualquer tentativa de ampliação dos direitos de propriedade industrial devem ser precedidos de avaliação criteriosa, de forma a sopesar de forma equilibrada os direitos e obrigações ao interesse público. Afirmam que os tais direitos se inserem no rol de instrumentos da política industrial e tecnológica de cada país¹⁴³.

O gráfico 1 demonstrou que nas duas últimas décadas houve um aumento vertiginoso da concessão de patentes. No entanto, tal aumento tem sido muito criticado. Isso porque, argumenta-se que houve o incremento no número de patentes de baixa qualidade, cuja novidade ou inventividade são discutíveis, como é o caso do patenteamento das propriedades medicinais da Cúrcuma¹⁴⁴. A concessão exagerada das patentes tem afetado negativa e indevidamente o domínio público, retardando o desenvolvimento científico e tecnológico do países. Muitas dessas patentes não geram pesquisa, ou qualquer avanço no conhecimento, mas impõem custos sociais sem qualquer benefício correspondente.

Países como Estados Unidos, Japão e Alemanha, que defendem o fortalecimento da proteção à propriedade intelectual afirmam haver uma relação

¹⁴³ JAGUARIBE, Roberto; BRANDELLI, Otávio. *op cit.*, pag. 286.

¹⁴⁴ Aqui, podemos citar o exemplo do patenteamento da Cúrcuma (turmeric) por dois doutores sul-asiáticos. A patente sobre as propriedades medicinais da raiz de cúrcuma foi concedida mesmo sendo conhecidas por centenas, ou até mesmo milhares de anos na Índia. Apesar de as propriedades medicinais da raiz serem amplamente conhecidas pela cultura tradicional indiana, elas não haviam sido “publicadas”. STIGLITZ, Joseph E. **Economic Foundations of Intellectual Property Rights**. In: Duke Law Journal, pag. 1693- 1724. 2008.

de causalidade entre tal proteção e a atração de investimentos. Todavia, o que tem se verificado é que o aumento da proteção aos direitos de propriedade intelectual, intensificado com o Acordo TRIPS, acabou por gerar a concentração da atividade inovadora em poucos países desenvolvidos e a desnacionalizando a produção de países em desenvolvimento. Os gráficos abaixo corroboram tal entendimento:

Gráficos 2 e 3:

Figure A.2.2.1 Patent grants for the top 20 offices, 2012

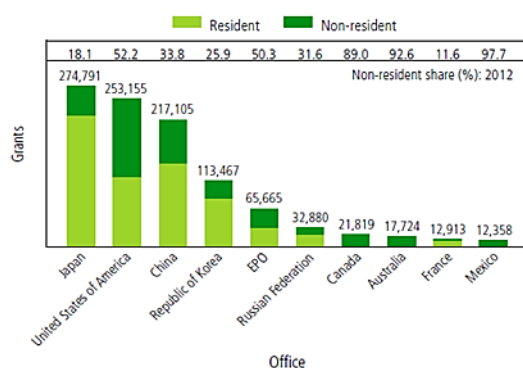
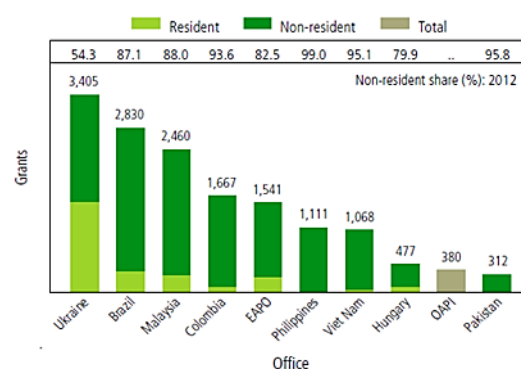


Figure A.2.2.2 Patent grants for offices of selected middle- and low-income countries, 2012



Fonte: Banco de dados estatísticos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual¹⁴⁵

A análise dos gráficos 2 e 3 evidencia que apesar de ter havido o aumento do número de patentes registradas ao redor do mundo (gráfico 1), a produção patentária não se deu de forma proporcional entre as nações. Isso porque em países em desenvolvimento como Ucrânia, Brasil, México, Colômbia, e outros, a grande maioria das concessões de patentes são para não-residentes.

O sistema de patentes serve, em sua grande maioria, para usuários de países desenvolvidos. Neles ficam as sedes das grandes empresas multinacionais que tem a capacidade de adquirir e impor as suas patentes

¹⁴⁵ WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **World Intellectual Property Indicators**. In: Economics & Statistics Series. Pag.53, 2013.

globalmente¹⁴⁶. É preciso ter em mente que apesar dos inventores de países em desenvolvimento receberem os mesmos direitos que os dos países desenvolvidos, muitos não possuem condições para pagar os protocolos de patente ao redor do mundo.

STIGLITZ¹⁴⁷ afirma que o que separa países desenvolvidos dos em desenvolvimento não é apenas a disparidade ou a lacuna quanto à quantidade de recursos que cada um dispõe. A disparidade de conhecimento é uma determinante forte para tal diferenciação. O autor também argumenta que o sistema de proteção à propriedade intelectual tal qual o conhecemos acaba por criar uma proteção excessivamente forte à tais direitos, e acaba por impedir a inovação. Tal afirmação vai diretamente contra às premissas daqueles que defendem o fortalecimento da proteção à propriedade intelectual como forma de estimular a atividade inovativa.

Para VARELLA¹⁴⁸ no plano global há três grandes categorias de países: aqueles que produzem tecnologia e dela obtêm patentes; aqueles que podem pagar *royalties* para adaptar essa tecnologia à sua produção doméstica e, por fim, o grupo excluído da produção e reprodução tecnológica. O autor enfatiza que a classificação supracitada não é feita sobre país, mas quanto a regiões específicas que podem estar dentro dos países ou ir além das fronteiras.

O estabelecimento de um padrão internacional único e mais rigoroso de proteção à propriedade intelectual tem sido constantemente caracterizando como pressuposto fundamental para o desenvolvimento tecnológico e econômico de qualquer país. No entanto, não é o que a realidade tem demonstrado já que a diferença tecnológica entre os países parece ter se perpetuado. As políticas e instituições recomendadas pelos países desenvolvidos e detentores de tecnologia devem ter sua aplicabilidade questionada. Fazer uma retrospectiva história, de modo a analisar como os

¹⁴⁶ CORREA, Carlos M. **Analisando tensões entre patentes e interesse público**. Pág. 312. In: VARELLA, Marcelo Dias. (org.) *Propriedade Intelectual e Desenvolvimento*. São Paulo: Lex Editora, 2005.

¹⁴⁷ STIGLITZ. Joseph. *Op, cit.* Pag. 1694.

¹⁴⁸ VARELLA, Marcelo Dias. **Políticas Públicas para Propriedade Intelectual no Brasil**. In: VARELLA, Marcelo Dias. (org.) *Propriedade Intelectual e Desenvolvimento*. Pág. 176. São Paulo: Lex Editora, 2005.

países alcançaram o desenvolvimento tecnológico é de suma importância para a formulação de uma análise crítica das políticas recomendadas.

4.3 Como os países se comportam após cruzarem a fronteira tecnológica

Como os países ricos enriqueceram de fato? Este é o questionamento central da obra de HA-JOON CHANG¹⁴⁹ e para respondê-lo o autor avalia as instituições e políticas que os países desenvolvidos adotaram ao longo do seu processo de desenvolvimento, contrapondo-as aos tipos de políticas e instituições que esses mesmos países prescrevem aos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O autor então levanta a hipótese de que os países desenvolvidos não seriam o que são hoje, caso tivessem adotado o que prescrevem para os demais. É o questionamento:

Os países desenvolvidos estão tentando “chutar a escada” pela qual subiram ao topo, impedindo as nações em desenvolvimento de adotarem as políticas e instituições que eles próprios adotaram? (CHANG, p. 2004)¹⁵⁰.

Assim, ao longo de sua obra, o autor apresenta elementos que comprovam a sua tese. O aspecto que nos interessa é o das instituições e políticas recomendadas para a proteção da propriedade intelectual, e como elas foram adotadas ou não pelos países desenvolvidos ao longo de seu processo histórico.

Primeiramente, CHANG¹⁵¹ demonstra que o livre-comércio é apresentado como pedra angular do desenvolvimento, e que durante a década de 60, foram organizadas coletâneas de ensaios para transmitir as lições históricas dos países desenvolvidos aos em desenvolvimento. Assim, haveria a lenda de que a política do *laissez-faire*¹⁵² seria o responsável pelo sucesso

¹⁴⁹ CHANG, Ha- Joon. *op cit.*, págs. 25-26.

¹⁵⁰ *Idem.*

¹⁵¹ *Ibid.* Pág 20.

¹⁵² Expressão símbolo do liberalismo econômico, que apregoa que o mercado deve funcionar livremente, onde a interferência estatal somente se justificaria para proteger os direitos de propriedade. KEYNES, John M. **O fim do Laissez-Faire (1926)**. Disponível em:

econômico de países como a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e outros desenvolvidos.

No entanto, ao analisarmos a história depreende-se que virtualmente estes países se valeram ativamente de políticas industrial, comercial e tecnológicas intervencionistas para promover sua indústria nascente. Foram utilizadas políticas como a proteção tarifária, o subsídio à indústria, programas de investimento público na infraestrutura, e até mesmo o financiamento de meios ilegais, como a espionagem industrial, o contrabando de maquinário e o não-reconhecimento de patentes estrangeiras. Ainda, viagens de estudo e treinamento, assim como o fomento de parcerias público-privadas e o apoio financeiro à pesquisa e inovação foram altamente utilizadas por tais nações¹⁵³.

Os países bem sucedidos em matéria de inovação e desenvolvimento tecnológico contaram com uma intensa e persistente participação do Estado. QUIJANO¹⁵⁴ afirma que a inovação não é uma atividade neutra, pelo contrário, ela serve à objetivos que as empresas e nações perseguem, em maior ou menor medida. O sucesso na atividade inovativa está intrinsecamente relacionado à capacidade de adaptação dos sistemas nacionais de inovação aos objetivos das políticas industriais, de modo a promover a aprendizagem tecnológica de maneira eficiente.

Quando atingiam a fronteira tecnológica, os países avançados neste setor adotavam uma série de medidas para ficarem à frente de seus competidores. A Grã-Bretanha cruzou a fronteira tecnológica antes que as demais nações, e para aumentar sua vantagem competitiva frente aos Estados que começavam a se industrializar adotou uma série de medidas.

A Grã-Bretanha tomou providências para impedir a transferência de tecnologia para os concorrentes potenciais (por exemplo, o controle da migração de mão-de-obra especializada ou da exportação de maquinaria) e pressionou os países menos desenvolvidos para que

<<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/fimlaissezfaire.html>>. Acessado em: 02 de novembro de 2015.

¹⁵³ CHANG, Ha-Joon. *Op. cit.*, pág. 35-37.

¹⁵⁴QUIJANO, José Manuel. *op cit.*, pag. 182-183.

abrissem seus mercados, inclusive empregando a força quando necessário. (CHANG, 2004¹⁵⁵)

Outro exemplo são os Estados Unidos, que liberaram o comércio somente após a Segunda Guerra Mundial, época em que já haviam consolidado sua supremacia industrial¹⁵⁶. Já o Japão não pode valer-se do protecionismo comercial, pois havia firmado uma série de acordos que o impediam de fixar tarifas superiores a 5%¹⁵⁷. Para contornar a situação, o governo japonês criou fabricas estatais modelos, desenvolveu a infraestrutura nacional e implementou uma série de políticas destinadas a promover a transferência tecnológica e de instituições estrangeiras avançadas.

O advento da Primeira Guerra Mundial fez com que os países voltassem a erguer barreiras comerciais, e em 1932 a Grã-Bretanha reintroduziu as tarifas alfandegárias. A maior defensora do livre-comércio agora havia sucumbido ao intervencionismo¹⁵⁸.

A institucionalização do regime internacional de propriedade intelectual se fundamenta no conceito de propriedade privada e nos propósitos aos quais ela deve servir. Os países desenvolvidos, buscavam promover uma ordem liberal, onde o Estado deveria ater-se à garantir os direitos de propriedade, o livre contrato e a garantia de que os compromissos assumidos seriam cumpridos, já que com os regimes, as políticas nacionais passariam a atuar de forma coordenada¹⁵⁹.

Quanto à transferência tecnológica, CHANG¹⁶⁰ afirma que “um país quando se adianta aos outros, sente-se naturalmente estimulado a se valer de

¹⁵⁵ CHANG, Ha-Joon. *Op. cit.*, pág. 37.

¹⁵⁶ CHANG, Ha-Joon. *Op. cit.*, pag. 58.

¹⁵⁷ *Ibid.*, pag. 86.

¹⁵⁸ SOARES, Danielle de Queiroz. **Inovação Tecnológica: Desafios e Perspectivas dos Países Subdesenvolvidos.** In: Desigualdade & Diversidade- Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 8, jan/jul, 2011, pp.101-117.

¹⁵⁹ GANDELMAN, Marisa. *op cit.*, pág. 158-159.

¹⁶⁰ GANDELMAN, Marisa. *op cit.*, pág. 94.

seu poder político e econômico para se adiantar ainda mais”. Assim, as nações desenvolvidas tecnologicamente, passaram a adotar medidas para impedir a transferência tecnológica às menos desenvolvidas.

Tal como no caso dos atuais países em desenvolvimento, a transferência de tecnologia, portanto, era mais efetiva quando contava com o apoio de políticas voltadas para o aumento daquilo que a moderna economia da tecnologia denomina “capacidade tecnológica”. (...) muitos governos criaram instituições de ensino (por exemplo, as escolas técnicas) e de pesquisa (por exemplo, as muitas academias de ciências desvinculadas do ensino). (...) providenciaram a divulgação das tecnologias de ponta por meio de museus, da organização de exposições internacionais, da doação de máquinas novas a empresas privadas e da fundação de “fábricas-modelo” que usavam tecnologia de ponta. Recorreram amplamente ao incentivo financeiro para que as empresas empregassem tecnologia avançada, especialmente mediante a redução e a isenção do imposto de importação de equipamento industrial. (CHANG, pág. 102, 2004¹⁶¹)

Os países desenvolvidos tecnologicamente mudaram de postura de acordo com a posição relativa que ocupavam no *ranking* de desenvolvimento tecnológico internacional. Países que quando encontravam-se em situação de desenvolvimento valeram-se amplamente da proteção à indústria nascente, cooptação de mão-de-obra especializada, contrabando de máquinas, espionagem industrial e violação de marcas e patentes. Cabe frisar que apesar do regime internacional de proteção à propriedade intelectual ter sido instaurado no final do século XIX, ao longo do século XX os países mais desenvolvidos seguiram violando-o rotineiramente¹⁶².

Ao desenvolverem-se tecnologicamente, e despontarem frente aos demais países na corrida tecnológica, os países detentores de tecnologia passaram a defender o livre-comércio, proibir a circulação de trabalhadores qualificados e sustentar a necessidade do recrudescimento à proteção das patentes e marcas registradas.

GANDELMAN¹⁶³ afirma que a formação do regime de propriedade intelectual. Primeiramente, quando fora criado no final do século XIX, consistia numa reunião de países com autonomia tecnológica e crescimento industrial

¹⁶¹ CHANG, Ha-Joon. *Op. cit.*, pag. 102.

¹⁶² CHANG, Ha-Joon. *Op. Cit.*, pag. 104

¹⁶³ GANDELMAN, Marisa, *op cit.*, págs. 232-234.

acelerado visando criar regras de alcance universal para assegurar a expansão de suas indústrias nacionais. Em um segundo momento, ampliou-se o sistema internacional, mudando sua dinâmica já que o contexto pós-Segunda Guerra Mundial fora marcado pelo aparecimento de novos atores, com a reorganização política e reconfiguração das fronteiras. Aqui, inicia-se a disputa entre os chamados países ricos e os países pobres, que encaravam o sistema internacional de propriedade intelectual de forma conflitante. Por fim, há o terceiro momento em que o grupo dos países que buscavam revisar o sistema, acabam por aceitar os princípios, normas e regras do regime. Assim, ao passo que o grupo revisionista buscava usar o regime como ferramenta de desenvolvimento, os países ricos passam a militar pela ampliação das regras e liberalização dos mercados.

A disputa não é mais sobre a eficácia ou não do sistema, mas sim sobre os princípios e normas que devem ser priorizados em sua formulação. Os países avançados tecnologicamente defendem que os princípios e normas do regime devem servir aos propósitos definidos pelo liberalismo, visando à proteção do direito de propriedade em todo o mercado global.

A ideia de que quanto maior a proteção aos direitos de propriedade intelectual maior será o desenvolvimento econômico é vaga. Isso porque, ignora-se o grau de diversidade entre os países, e o fato de que não há um modelo único para o desenvolvimento, já que há uma mescla de princípios orientadores, atores que influenciam e objetivos que cada país busca. O relevante não é a mera proteção aos direitos de propriedade, mas sim, qual direito está sendo protegido e em que condições¹⁶⁴.

A tecnologia e as instituições se relacionam de forma interdependente. Isto é, há uma co-evolução entre elas de modo que a propriedade intelectual é um componente relevante dos sistemas legais que moldam as instituições em certo período. No entanto, este processo de co-evolução não é uniforme, já que

¹⁶⁴ CHANG, Ha-Joon. *Op. cit.*, pag 145.

cada país apresenta suas especificidades e à medida que as tecnologias se desenvolvem, as instituições de propriedade intelectual transformam-se¹⁶⁵.

Há uma incoerência entre o apregoado pelas nações desenvolvidas para a promoção do desenvolvimento e as estratégias realmente adotadas por elas para seu *catch-up* tecnológico. Os países que atingiram a fronteira tecnológica, em sua ampla maioria, se beneficiaram de uma forma ou de outra, de condições de apropriação mais brandas no cenário internacional¹⁶⁶. Os casos dos Estados Unidos, Japão e Inglaterra ilustram tal entendimento.

Temos de ter em mente que não há um único modelo de desenvolvimento, de forma que não é possível elaborar uma receita para a participação do Estado na economia e na promoção da inovação¹⁶⁷. Logo, as prescrições liberais e de fortalecimento da proteção à propriedade intelectual devem ser analisadas sob uma perspectiva crítica, sob pena de incorrer em incongruências lógicas, e sem qualquer fundamentação histórica e/ou econômica. Como afirma CHANG¹⁶⁸: “(...) parece que as raposas tem se transformado em guardiãs do galinheiro com perturbadora regularidade”.

4.4 Os desafios para a promoção de um regime mais igualitário

Como visto anteriormente, no cenário contemporâneo, Companhias multinacionais e transnacionais, Organizações Internacionais e Não-Governamentais, juntamente com os Estados, dialogam como atores no cenário internacional. Com o advento da Revolução Tecnológica, a propriedade intelectual foi concretizada como um dos meios de regulação do mercado, e de estruturação das relações comerciais atuais.¹⁶⁹

¹⁶⁵ ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. **Propriedade Intelectual e estratégias para o desenvolvimento**. In: VILLARES, Fábio (org.) *Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade*. Pag. 159. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

¹⁶⁶ ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. *op cit.*, pag. 159.

¹⁶⁷ QUIJANO, José Manuel. *op cit.*, pág. 182.

¹⁶⁸ CHANG, Ha-Joon. *Op. cit.*, pag. 114.

¹⁶⁹ WULK [et al], *op cit*, pags. 178-179.

A nova configuração internacional caracterizada pela tentativa de universalização da proteção à propriedade intelectual congrega os interesses de inúmeros atores. O Estado, que não tem mais como custear sozinho todos os recursos necessários para promover o desenvolvimento tecnológico, transfere a responsabilidade para os grandes empreendimentos. Desse modo, os governos passam a usar seus recursos de poder para promover um regime que servisse aos propósitos definidos pelas grandes empresas¹⁷⁰. Na relação entre autoridade e mercado, este vem ganhando espaço e modulando a atuação governamental.

Apesar de a normativa internacional da propriedade intelectual revestir-se de um caráter universalizante, o princípio da territorialidade ainda é plenamente aplicável, haja vista o fato de que cada país regulamentar nacionalmente o assunto. No entanto, as legislações nacionais devem observar os patamares mínimos de proteção estabelecidos nos acordos internacionais¹⁷¹.

O Acordo TRIPS previu um patamar mínimo de direitos e deveres a serem conferidos, devendo os países signatários criar normas internas sobre o tema. Caracteriza-se por abranger um amplo rol de direitos sobre a propriedade intelectual, mas sem harmonizá-los. Isso porque, a igualdade jurídica de tratamento, ao estabelecer padrões mínimos a serem observados por todos os signatários do Acordo, reforça a desigualdade entre eles.

A uniformização das normas de propriedade intelectual resultou em uma situação de absoluta desigualdade, haja vista o fato de que permaneceram as situações de monopólio informacional, e a desigualdade de acesso ao conhecimento entre as nações¹⁷². Aqueles que buscam ter acesso ao conhecimento produzido pelos outros devem conformar-se às regras estabelecidas por aqueles que detém este conhecimento.

¹⁷⁰ GANDELMAN, Marisa, *op cit.*, págs. 284-285.

¹⁷¹ MEDEIROS, Heloísa Gomes. **Medidas de Fronteira TRIPS-Plus e os Direitos de Propriedade Intelectual**. págs. 55-57. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

¹⁷² BARBOSA, Denis Borges. *op cit*, pág. 136, 2005.

Questiona-se portanto, porque os países em desenvolvimento aceitaram este novo sistema, que apesar do discurso de promoção do desenvolvimento tecnológico, na realidade era um meio de legitimar o *status quo* vigente. GANDELMAN¹⁷³ afirma que inúmeros fatores contribuíram para o consentimento dos países atrasados tecnologicamente. São eles: a pressão dos Estados Unidos; o colapso do Bloco Soviético e o fim da bipolaridade; processos internos e regionais que ocorriam nos países em desenvolvimento (como é o caso da redemocratização, governos neoliberais, e economias em crise); a falta de poder estrutural pelos países atrasados tecnologicamente; e a adesão dos Estados Unidos à Convenção de Berna em 1989 (a qual culminou na proteção dos *copyrights*, e possibilitou que os Estados Unidos exigissem que outros países aderissem à referida Convenção).

Com as novas e mais rígidas regras em Propriedade Intelectual, o conhecimento tem se tornado menos acessível e os benefícios que a sociedade obtém desse monopólio não são claros¹⁷⁴. Os países em desenvolvimento possuem falta de agilidade, capacidade e infraestrutura industrial para competir com os mercados baseados na atividade inovativa. Assim, o alcance do equilíbrio adequado entre os interesses público e privado deve ser a prioridade de qualquer sistema nacional de inovação. É necessário criar uma troca razoável entre o bem-estar e o desenvolvimento tecnológico, devendo os países em desenvolvimento revisar suas próprias necessidades e capacidades, adotando ações e estratégias que reduzam os custos sociais e econômicos gerais¹⁷⁵. O comércio e investimentos devem ser encarados como meios para o alcance do desenvolvimento equitativo e sustentável, e não como metas por si só.

Dessa forma, devem ser definidas de modo claro e preciso as metas de desenvolvimento de cada país, de modo que o comércio internacional seja

¹⁷³ GANDELMAN, Marisa, *op cit*, págs. 250-253.

¹⁷⁴ QUIJANO, José Manuel. *op cit*, pág. 200.

¹⁷⁵ BASSO, Maristela. **Gestão do Bilateralismo e Multilateralismo para o alcance de objetivos políticos de PI- os casos da América Latina e Caribe**. In: VILLARES, Fábio (org.) *Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade*. Pag. 228. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

utilizado como um meio de melhorar a qualidade de vida e a economia de seus nacionais. Qualquer sistema de Propriedade Intelectual apresentará custos e benefícios, no entanto, a padronização atual tende a ampliar os custos e reduzir os benefícios dos países em desenvolvimento.

Como visto nos gráficos 2 e 3, o aumento da proteção aos direitos de propriedade intelectual não promoveu a inovação de forma substancial nos países em desenvolvimento já que a maior parte das patentes é requerida por não residentes. Demonstrando-se, assim, a necessidade dos países de desenvolver uma estratégia em matéria de propriedade intelectual em conformidade com o seu nível de desenvolvimento.

Cada Estado e região possui suas particularidades, de modo que não é possível elaborar uma estratégia única de desenvolvimento. Faz-se necessário construir um sistema de inovação combinado à busca de bem-estar social. JAGUARIBE e BRANDELLI¹⁷⁶ afirmam que a grande maioria das mudanças no regime internacional de proteção à propriedade intelectual ocorridas nas duas últimas décadas não se basearam em evidências concretas, nem em análises econômicas. Por isso, é que deve ser promovido o amplo debate tanto no plano internacional quanto interno, como forma de levar a discussão acerca do desenvolvimento nacional até aos foros internacionais sobre propriedade intelectual.

No entanto, não se tratam de radicalismos. Defende-se aqui a necessidade de preservar o espaço para a adoção de políticas públicas nacionais, mas em consonância e dentro dos limites estabelecidos pelos compromissos previamente assumidos pelo país. Ao mesmo tempo, entendemos, que apesar do fato de um Estado não poder subverter a norma, ele pode lutar por mudanças no regime, sempre observando o espaço de debate e discussão, de forma a buscar soluções que atendam o interesse de todos. Aqui podemos citar iniciativas como a “Agenda para o Desenvolvimento”:

A "Agenda para o Desenvolvimento" foi apresentada, na Assembléia Geral da OMPI em 2004, pelo Brasil, com o apoio da Argentina, África do Sul, Bolívia, Cuba, Egito, Equador, Irã, Peru, Quênia, República Dominicana, Serra Leoa, Tanzânia, Uruguai e Venezuela - o chamado

¹⁷⁶ JAGUARIBE, Roberto; BRANDELLI, Otávio. *Op cit*, pag. 293.

grupo de países "Amigos do Desenvolvimento". As idéias centrais da iniciativa podem ser assim resumidas:

- a propriedade intelectual não é um fim em si mesmo, mas um instrumento para o desenvolvimento;
- deve-se preservar o interesse público nas diferentes negociações na OMPI;
- a adoção de novas regras de propriedade intelectual deve ser precedida de avaliação criteriosa dos impactos sobre políticas de desenvolvimento tecnológico, econômico e social;
- é necessário reequilibrar a pauta de atividades da OMPI, voltada predominantemente para temas de interesse precípua de países desenvolvidos. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014)

177

É importante frisar que a “Agenda para o Desenvolvimento” foi proposta no âmbito da OMPI. No entanto, como visto ao longo deste trabalho existem inúmeros fóruns de discussão sobre a temática da propriedade intelectual, e em todos eles as demandas dos diferentes atores, e principalmente daqueles que não possuem o monopólio do conhecimento devem ser observadas. Somente assim, buscar-se-á de modo eficaz um meio de diminuir as disparidades entre as nações, e promover melhorias na qualidade de vida dos cidadãos de países pobres e atrasados tecnologicamente. Acentue-se aqui, que quando falamos em propriedade intelectual, nos referimos, dentre inúmeros itens, à patentes sobre produtos essenciais, como medicamentos e outros que podem afetar substancialmente a qualidade de vida de uma nação.

Faz-se mister compreender que os direitos de propriedade intelectual são um meio para alcançar o desenvolvimento e outros objetivos específicos, e não um fim em si mesmos. A elaboração de regimes de propriedade intelectual mais equilibrados não é apenas interesse das nações atrasadas tecnologicamente, mas também das desenvolvidas, já que um sistema científico livre e aberto, recompensa a atividade inovativa, ao mesmo tempo em que promove a transferência tecnológica¹⁷⁸.

¹⁷⁷ **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.** Agenda para o desenvolvimento da OMPI. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2007/01/agenda-para-o-desenvolvimento-da-ompi>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

¹⁷⁸ JAGUARIBE, Roberto; BRANDELLI, Otávio, *op. cit.*, pág. 303-304.

As políticas de propriedade intelectual devem colaborar e complementar as políticas de inovação, competição e regulatórias de um Estado. O sistema de propriedade intelectual deve atuar de forma a recompensar as contribuições inventivas genuínas, preservando o espaço para a competição legítima. Este sistema deve ser repensado de modo a analisar criticamente até que ponto ele pode promover a inovação para benefício de todos. Pautar-se em valores como a equidade, e permitir flexibilidades, de forma a suprir as necessidades daqueles que não podem pagar para obter as patentes são meios de se alcançar tais objetivos¹⁷⁹.

O atual sistema de propriedade intelectual constitui-se em um modo de exploração do conhecimento, cujo rendimento social é inferior ao de um sistema de abertura científica¹⁸⁰. Mostra-se hialino o argumento de que o recrudescimento dos direitos de propriedade intelectual busca dificultar a repetição da trajetória das nações desenvolvidas, quando estas buscavam seu crescimento econômico e aprimoramento tecnológico.

É preciso deixar claro que a propriedade intelectual não é o único fator que contribui para o cenário atual. No entanto, sua contribuição para a desigualdade entre as nações não pode ser desprezada, já que pode constituir-se em um entrave para o desenvolvimento de nações “atrasadas” tecnologicamente¹⁸¹. A criação de garantias para que a inovação possa acontecer é determinante para viabilizar o desenvolvimento. O papel do Estado é determinante no planejamento e na implementação de uma estratégia nacional de inovação¹⁸². De forma que não é possível pensar na estruturação do regime internacional, e na inserção de um Estado neste regime, sem antes pensar nas políticas e objetivos nacionais. Faz-se mister elencar as prioridades,

¹⁷⁹ CORREA, Carlos M. *op cit*, pág. 330-331.

¹⁸⁰ REMICHE, Bernard. **Revolução Tecnológica, Globalização e Direito das Patentes**. In: VARELLA, Marcelo Dias (org.) *Propriedade Intelectual e Desenvolvimento*. Pag. 126. São Paulo: Lex Editora, 2005.

¹⁸¹ WULK [et al], *op cit*. pag. 185.

¹⁸² SOARES, Danielle de Queiroz. **Inovação Tecnológica: Desafios e Perspectivas dos Países Subdesenvolvidos**. In: *Desigualdade & Diversidade- Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio* nº 8, jan./jul. 2011. Pp. 101-117.

e buscar uma atuação internacional em conformidade com os interesses internos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho demonstrou-se que tanto o instituto da propriedade intelectual, quanto o regime que o rege são socialmente construídos, e por isso, estão em constante transformação. Dessa forma, não é possível traçar conclusões gerais e definitivas para a problemática que o cerca, mas tão somente abrir caminhos para uma reflexão crítica da realidade posta.

A tendência de reduzir as criações intelectuais a meros objetos de comércio, que visam maximizar os lucros de seus produtores é inconveniente, uma vez que cria monopólios sobre o conhecimento negando o caráter de cumulatividade do conhecimento. O que sabemos hoje é resultado de processos de aprendizagem que incluem necessariamente algo que já fora criado anteriormente.

Se por um lado a internacionalização da propriedade intelectual é algo positivo na medida em que promove um maior intercâmbio comercial, simplificando procedimentos e clarificando as legislações nacionais quanto ao assunto, por outro é problemática, uma vez que na tentativa de harmonizar as legislações, são deixadas de lado as suas particularidades e diversidades, solidificando o *status quo* vigente.

A globalização econômica deve ser mais solidária aos interesses reais da maioria da sociedade mundial, criando sociedades de conhecimento, onde realmente ocorra a difusão de tecnologia. A propriedade intelectual não pode ser encarada como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de promoção do desenvolvimento econômico nacional, subordinando-se ao bem público.

Faz-se mister garantir no seio dos acordos internacionais sobre o assunto um espaço razoável para que as legislações nacionais comportem especificidades nacionais. Os países em desenvolvimento devem explorar as flexibilidades inerentes nos acordos, como é o caso das permitidas no TRIPS, para promover seus sistemas de inovação. As normas de propriedade

intelectual devem estar inclinadas à promoção do desenvolvimento e busca por investimentos.

O comércio e investimentos não devem ser encarados como metas por si só, mas meios para o desenvolvimento nacional. É importante ressaltar que o comércio internacional não é um “vilão” para os países subdesenvolvidos, mas sim, um meio para melhorar a sua qualidade de vida e a economia. O problema é que nem todos os melhores procedimentos para se garantir a igualdade são devidamente observados pelas nações. Definir as metas de desenvolvimento, aliando-as às políticas nacionais e aos acordos celebrados, para buscar interesses comuns é de suma importância para as mudanças no *status* de atraso tecnológico que estes países vivenciam. Temos de ter em mente que o objetivo final da propriedade intelectual deve ser o de estimular investimentos na atividade inventiva, e não o de servir como trunfo para operações rentistas.

Com a Revolução Tecnológica, o conhecimento passou a ser elemento de diferenciação e vantagem do grupo que o detém. Nas Relações Internacionais passou a ser um verdadeiro recurso de poder, já que o seu monopólio implica em vantagens nos processos de barganha internacionais. A tecnologia congrega aspectos político-estratégicos e também econômicos e comerciais, que além de interessarem os Estados, são também de interesse das empresas. Estas são os agentes ativos e interessados na ampliação de mercados e na difusão controlada de seu conhecimento, de forma a maximizar seus interesses. A relevância econômica que o monopólio do conhecimento assumiu, afeta sobremaneira as relações políticas entre países, já que a busca de diferenciação no plano internacional irá modular a forma como um ator irá interagir com os demais.

A retrospectiva histórica realizada ao longo deste trabalho corrobora o entendimento de que o conhecimento é um novo recurso de poder, e que pauta o comportamento dos atores no plano internacional. Os países que hoje são considerados desenvolvidos, durante o seu processo de *catching-up* adotaram políticas de fomento à indústria nascente, e se valeram amplamente da ausência de normativas sobre propriedade intelectual, ou quando existentes, de suas flexibilidades ou lacunas.

Os grupos de interesse exercem forte pressão no estabelecimento de normativas mais rígidas, de forma a maximizar seus interesses. Legitimam o recrudescimento da proteção à propriedade intelectual com o discurso das possibilidades de transferência tecnológica e promoção do desenvolvimento econômico igualitário. No entanto, a existência desse conjunto de normas, regras e procedimentos não é garantia do desenvolvimento científico, tecnológico ou artístico. O regime de propriedade intelectual não explica o desenvolvimento tecnológico promovido ao longo do tempo. Logo, não são as instituições que determinam a produção e o acesso ao conhecimento, mas pelo contrário, elas refletem a ordem que cada sociedade em cada época busca alcançar.

Na contemporaneidade há um maior número de atores tentando coordenar suas políticas e interesses aos assunto discutidos dentro de regime de propriedade intelectual. O critério da competitividade econômica tem sido colocado como a grande motriz do recrudescimento da proteção à propriedade intelectual. No entanto, ele deve permanecer como um critério dentre outros, já que o conhecimento tem a característica de bem público, que não pode ser ignorada.

Faz-se mister pensar um sistema internacional de proteção à propriedade intelectual que recompense a atividade inventiva, mas ao mesmo tempo promova a transferência tecnológica e não exclua os mais pobres do acesso aos benefícios a produção de conhecimento. É fundamental que cada país em desenvolvimento adeque o regime de proteção à propriedade intelectual às suas necessidades. Repensar as capacidades de negociação e buscar obter melhores resultados nos foros de discussão internacionais são atitudes imprescindíveis para que as deficiências nacionais sejam superadas e haja uma melhor inserção dos países em desenvolvimento no comércio internacional.

O sistema internacional de proteção à propriedade intelectual tal como está apenas consolida o *status quo* vigente. Os dados disponibilizados ao longo do presente trabalho corroboram tal entendimento e demonstram que as estratégias adotadas até agora não foram suficientes, ou sequer promoveram alterações na distribuição da produção de conhecimento no plano internacional.

O atual sistema de proteção à propriedade intelectual constitui-se em um modo de exploração de conhecimento que gera pouquíssimo rendimento social. Apesar de não ser o único meio de se promover o desenvolvimento, a propriedade intelectual é parte importante da estratégia de um país no plano internacional.

Por fim, é necessário mencionar que melhores estratégias de barganha no plano internacional não são suficientes para reverter o quadro de estagnação tecnológica que a maioria dos países em desenvolvimento vivencia. O direcionamento de investimentos à educação, pesquisa e ciência, além da formulação de legislações que incentivem o processo de inovação são fundamentais para quebrar o círculo vicioso de atraso tecnológico e pobreza. Só assim, será possível construir sistemas nacionais de inovação e a partir disso, superar o subdesenvolvimento no mundo globalizado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRANTES, Antônio Alexandre da Costa. **A internacionalização empresarial numa economia mundializada.** Disponível em: <http://www.ipv.pt/millenium/15_arq2.htm>. Acessado em: 06 de outubro de 2015.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. Propriedade Intelectual e estratégias para o desenvolvimento. In: VILLARES, Fábio (org.). **Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2007

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Os primeiros anos do século XXI: O Brasil e as relações internacionais contemporâneas.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARSLANIAN, Regis P. **O Recurso à Seção 301 da Legislação de Comércio Norte-Americana e a Aplicação de seus Dispositivos contra o Brasil.** In: XXVI Curso de Altos Estudos. Instituto Rio-Branco. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, fevereiro de 1993. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/72Recurso_a_Secao_301_da_Legislacao_d_e_Comercio_Norte-Ame_e_a_Apl._de_seus_Dispos._contra_o_Brasil_O.pdf>. Acessado em: 17 de novembro de 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. **Antidumping.** In: <<http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Antidumping>>. Acessado em: 03 de outubro de 2015.

BARBOSA, Denis Borges. **TRIPS e a Experiência Brasileira.** In: VARELLA, Marcelo Dias (org.) Propriedade Intelectual e Desenvolvimento. Pág. 136. São Paulo: Lex Editora, 2005.

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à Propriedade Intelectual.** Disponível em:

<<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>>. Acessado em: 23 de julho de 2015.

BASSO, Maristela. **Gestão do Bilateralismo e Multilateralismo para o alcance de objetivos políticos de PI- os casos da América Latina e Caribe**. In: VILLARES, Fábio (org.) *Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acessado em: 22 de outubro de 2015.

BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BENJAMIN, César [et al] **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. 208 p.

BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 6 ed. rev. E atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011

CARNEIRO, Paloma Torres. **Organização Mundial do Comércio: histórico, estrutura e problemática entre os países do Norte e do sul**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10319&revista_caderno=16>. Acessado em: 17 de novembro de 2015

CARPES, Mariana Montez. **O Lugar da Ciência e da Tecnologia nas Relações Internacionais Contemporâneas: antigas e novas relações de poder**. Disponível em: < http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9614/9614_3.PDF>. Acessado em: 17 de outubro de 2015.

Castells, Manuel. (1999). **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 3. São Paulo: Paz e terra

CEPAL. **Globalização e desenvolvimento**. In: Vigésimo nono período de sessões. Brasília, Brasil. 6 a 10 de maio de 2002.

CESARINO, Frederico Nicolau. **Poder estrutural e sua utilização pelas corporações como ferramenta de dominação do mundo globalizado**. In: Revista Ciências Sociais em Perspectiva. Vol. 11. Nº20, 1º semestre de 2012.

CEZARIO, Leandro Fazollo. **Naturalismo vs. Contratualismo ou a completude de duas teorias**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7763>. Acessado em: 01 de novembro de 2015.

cf. CHARTRES, Bernard de. apud. MAIOLO, Francesco. **Medieval Sovereignty. Marsilius of Padua and Bartolus of Saxoferrato**. Pág. 125. Amsterdam, Netherlands: Eburon Delft, 2007.

cf. SCHUMPETER, Joseph. apud. DUPAS, Gilberto. **Propriedade Intelectual: tensões entre a lógica do capital e interesses sociais**. In: VILLARES, Fábio (org.) Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHAVES, Gabriela Costa. **O Processo de Implementação do Acordo TRIPS da OMC em países da América Latina e Caribe: análise das legislações de propriedade industrial sob a ótica da saúde pública**. Junho de 2005, Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://arca.icict.fiocruz.br/bitstream/icict/4807/2/696.pdf>>. Acessado em: 06 de outubro de 2015

CHRISTOVÃO, Daniela. **A proteção da propriedade intelectual: uma abordagem internacional**. In: MELO, José Marques de; et al. (org). Sociedade de conhecimento: aportes latino-americanos. São Bernardo do Campo: UESP: Cátedra Unesco para o Desenvolvimento Regional, 2005.

COELHO, Ana Cecília da Costa Silva. **A concepção da Teoria dos Jogos e suas implicações teóricas para as Relações Internacionais: limites e possibilidades**. Dissertação de Mestrado- UFSC, 2012.

CORREA, Carlos M. **Analisando tensões entre patentes e interesse público.** In: VARELLA, Marcelo Dias. (Org.) *Propriedade Intelectual e Desenvolvimento.* São Paulo: Lex Editora, 2005.

CORREA, Carlos M. Aperfeiçoando a Eficiência Econômica e a Equidade pela Criação de Leis de Propriedade Intelectual. In: VARELLA, Marcelo Dias (Organizador e Co-autor). **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento.** São Paulo: Lex Editora, 2005.

COSTA, Aléxia Maria de Aragão da [et.al]. **Aspectos Polêmicos da Propriedade Intelectual.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

DUPAS, Gilberto. **Propriedade Intelectual: tensões entre a lógica do capital e os interesses sociais.** In: VILLARES, Fábio (org.) *Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade.* São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FERNANDES, [et al]. **Caminhos da Cooperação entre Brasil e Índia na Área dos Medicamentos Genéricos: novas possibilidades no âmbito dos BRICS?** In: BRICS Policy Center. Centro de Estudos e Pesquisas- BRICS. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5985/doc/134479105.pdf>. Acessado em: 17 de novembro de 2015

FIANI, Ronaldo. **A tendência à harmonização internacional de proteção de patentes e seus problemas.** In: Revista de Economia Política, vol.29, nº 3 (115), pp.173-190, julho-setembro/2009.

GANDELMAN, Marisa. **Poder e conhecimento na economia global. O regime internacional da propriedade intelectual da sua formação à regras de comércio atuais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Tradução Sandra Regina Netz.-4. ed.- Porto Alegre: Artmed, 2005.

GILPIN, Robert. **Global political economy: understanding the international economic order.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001

GONTIJO, Cícero. **As transformações do sistema de patentes, da Convenção de Paris ao Acordo TRIPS. A posição brasileira.** In: FDCL -

Forschungs- und Dokumentationszentrum Chile - Lateinamerika e.V., Berlin. Disponível em: http://www.fdcl-berlin.de/fileadmin/fdcl/Publikationen/C_cero-FDCL.pdf. Acessado em: 01 de novembro de 2015.

GUISE, Monica Steffen. **Propriedade Intelectual no Mundo Contemporâneo: Fomento ao Desenvolvimento?** Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/propriedade_intelectual_monica_steffen_guise.pdf>. Acessado em: 07 de outubro de 2015.

HENKES, Ricardo Augusto. **Rousseau e o direito de propriedade**. In: Revista Espaço Acadêmico- No 89- mensal- outubro de 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89henkes.htm>. Acessado em: 07 de abril de 2015.

HILGER, Oliver. **Pros and Cons of the General Agreement on Trade in Services (GATS)**. In: Hochschule Reutlingen. Reutlingen University. 2005.

JAGUARIBE, Roberto; BRANDELLI, Otávio. Propriedade Intelectual: espaços para os países em desenvolvimento. In: VILLARES, Fábio (org.) **Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007

KENNEDY, Paul. **The Rise and the Fall of the Great Powers**. Londres, Unwin Hyman. 1988.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. **Power and Interdependence in the Information Age**. In: ESSAY, September/October 1998. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1998-09-01/power-and-interdependence-information-age>>. Acessado em: 05 de outubro de 2015.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. **Power and interdependence**. 3. ed. New York: Longman, 2001.

KEYNES, John M. **O fim do Laissez-Faire (1926)**. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/fimlaissezfaire.html>>. Acessado em: 02 de novembro de 2015.

KRASNER, Stephen D. **Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: Regimes como variáveis intervenientes.** In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012.

LAMPREIA, Luiz Felipe Palmeira. **Resultados da Rodada do Uruguai: uma tentativa de síntese.** In: Estud. av. vol.9 no.23 São Paulo Jan./Apr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000100016&script=sci_arttext>. Acessado em: 15 de novembro de 2015.

LEMOS, Ronaldo. **Propriedade Intelectual.** Disponível em:<http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/2/25/Propriedade_Intelectual.pdf>. Acessado em: 20 de agosto de 2015.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. **Globalização Econômica, Política e Direito. A análise das mazelas causadas no plano político-jurídico.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002. 368 p.

LINS, Bruna Rego. **O Prazo Prescricional nas Ações Relativas à Violação de Direitos Autorais.** In: COSTA [et. al] Aspectos Polêmicos da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil.** Petrópolis: Editora Vozes. 2006.

LUQUINI, Roberto de Almeida; SANTOS, Nara Abreu. **Multilateralismo e Regionalismo no âmbito da liberalização do comércio mundial.** In: Brasília a. 46, n.181, p. 91-99, jan./mar. 2009

MACPHERSON, C.B., **The meaning of property,** in- (coord.), Property, mainstream and critical positions, Toronto, University of Toronto Press, 1978.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo.** 2. ed. reform. São Paulo: Atual, 2008

MARTINS, Eliane M. Octaviano. **Direito Internacional Sanitário: A licença compulsória de medicamentos usados no combate ao vírus HIV/AIDS.** Disponível em: <<http://www.ambito->

juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6841>.
Acessado em: 01 de novembro de 2015.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. Ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. 271 p.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A Economia Política da Transição na China e o Colapso da União Soviética**. Pag. 2. Disponível em:
<<http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto0605.pdf>>.
Acessado em: 15 de novembro de 2015.

MEDEIROS, Heloísa Gomes. **Medidas de Fronteira TRIPS-Plus e os Direitos de Propriedade Intelectual**. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

MELLO, Valérie de Campos. **Globalização, regionalismo e ordem internacional**. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n1/v42n1a07.pdf>>. Acessado em: 12 de março de 2015.

MELO, José Marques de. [et al]. **Sociedade do conhecimento: aportes latino-americanos**. São Bernardo do Campo: UESP: Cátedra Unesco para o desenvolvimento regional, 2005.

MENEZES, Henrique Zeferino de. **A Crise do Endividamento e a Reorganização do Sistema Capitalista: crise e ajuste na periferia**. In: Anais do XX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Agenda para o desenvolvimento da OMPI**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2007/01/agenda-para-o-desenvolvimento-da-ompi>>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Rodadas de Negociações**. Disponível em:
<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=369>>. Acessado em: 17 de outubro de 2015.

MITTELMAN, James H. A globalização alternativa. In: **América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

MORAES, Reginaldo C. **O legado de Margareth Thatcher.** In: Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v.10, n.2, p. 19-29, 2º sem. 2013.

NYE Jr, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais. Uma leitura essencial para entender as questões da política mundial.** Tradução: Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Editora Gente, 2009.

NYE JR. Joseph S. **O futuro do Poder.** São Paulo- Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; GERALDELLO, Camilla Silva. **O USTR e a Institucionalidade da Política Externa Comercial dos Estados Unidos.** In: 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. De 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1367615710_ARQUIVO_USTR-4_EncontroABRIcomCapa_e_folha_de_rosto.pdf>. Acessado em: 17 de novembro de 2015.

PARANAGUÁ, Pedro. **Patentes.** Disponível em: <<http://academico.direitorio.fgv.br/wiki/Patentes>>. Acessado em: 17 de novembro de 2015.

QUIJANO, José Manuel. Inovação e Estratégias para o desenvolvimento. In: VILLARES, Fábio (org.). **Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

REMICHE, Bernard. **Revolução Tecnológica, Globalização e Direito das Patentes.** In: VARELLA, Marcelo Dias (org.) Propriedade Intelectual e Desenvolvimento. São Paulo: Lex Editora, 2005.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o dilema da globalização.** São Paulo: Editora SENAC, 2001

ROCHMAN, Alexandre Ratner. **A avaliação de poder nas Relações Internacionais.** In: Lua Nova nº 46, 1999.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 277p. (Clássicos).

SARFATI, Gilberto. O poder estrutural e o poder brando das empresas Multinacionais. In: **Revista de Economia & Relações Internacionais**. volume 7/ número 13/ julho de 2008.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005

SENHORAS, Elói Martins. **Introdução aos Direitos de Propriedade Intelectual nas Relações Internacionais**. In: INTELLECTOR, ano III, volume IV, nº 7, pg. 10, julho/dezembro 2007, Rio de Janeiro.

SHERWOOD, Robert M. **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Edusp, 1992.

SINUS. **Organização Mundial da Propriedade Intelectual**. 2012. Disponível em: <http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/OMPI-GuiadeEstudosOnline.pdf>. Acessado em: 09 abril de 2015.

SOARES, Danielle de Queiroz. **Inovação Tecnológica: Desafios e Perspectivas dos Países Subdesenvolvidos**. In: **Desigualdade & Diversidade**- Revista de Ciências Sociais da PUC- Rio, nº 8, jan/jul, 2011, pp.101-117

SOARES, Danielle de Queiroz. **Inovação Tecnológica: Desafios e Perspectivas dos Países Subdesenvolvidos**. In: **Desigualdade & Diversidade**- Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 8, jan/jul, 2011, pp.101-117.

SOROS, George. **A crise do capitalismo**. Tradução de Afonso Celso Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STIGLITZ, Joseph E. **Economic Foundations of Intellectual Property Rights**. In: Duke Law Journal, pag. 1693- 1724. 2008.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. London and New York: Pinter, 1988.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. Paperback, Second Edition, 1988.

STRANGE, Susan. STRANGE, Susan. "Cave! Hic Dragones: A Critique of Regime Analysis". In KRASNER, Stephen (ed.). **International Regimes**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1983.

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI. **Teóricos do Liberalismo Clássico**. In: Ensino Interativo. Disponível em: http://www2.anhembi.br/html/ead01/ciencias_sociais/lu02/lo2/index.htm. Acessado em: 01 de novembro de 2015.

VARELLA, Marcelo Dias (organizador e co-autor). **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento**. São Paulo: Lex Editora, 2005.

VARELLA, Marcelo Dias. **Políticas Públicas para Propriedade Intelectual no Brasil**. In: VARELLA, Marcelo Dias. (org.) Propriedade Intelectual e Desenvolvimento. São Paulo: Lex Editora, 2005.

VARELLA, Marcelo Dias; MARINHO, Maria Edelvacy Pinto. **A Propriedade Intelectual na OMC**. pág. 485 In: Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB, Brasília, v.2, n.2, pg. 484-501, jul./dez., 2005.

VILLARES, Fábio (org.) **Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. **A proteção jurídica das bases de dados em face da revolução da tecnologia da informação**. Disponível em: <http://www.gedai.com.br/sites/default/files/arquivos/artigo-base-dados-marcos-wachowicz.pdf>. Acessado em: 15 de novembro de 2015.

WACHOWICZ, Marcos. **Direito Autoral**. Disponível em: http://www.gedai.com.br/sites/default/files/arquivos/artigo_marcoswachowicz_direitoautoral_6.pdf. Acessado em: 03 de novembro de 2015.

WACHOWICZ, Marcos. **Sistema de Proteção da Propriedade Intelectual: os impasses para a promoção do desenvolvimento e da inovação**. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/385>. Acessado em: 22 de setembro de 2015.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Inside WIPO.** Disponível em: <<http://www.wipo.int/about-wipo/en/>>. Acessado em: 09 de abril de 2015.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Intellectual Property. A power tool for economic growth.** Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/intproperty/888/wipo_pub_888_1.pdf>. Acessado em: 10 de agosto de 2015.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **World Intellectual Property Indicators.** In: Economics & Statistics Series. 2014.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **World Intellectual Property Indicators.** In: Economics & Statistics Series. 2013.

WULK, [et al]. **Propriedade Intelectual e o desenvolvimento das nações: o Acordo TRIPS e suas consequências conflituosas no mundo contemporâneo.** In: Justiça enquanto Responsabilidade.